

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2019

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Na proximidade da publicação deste Relatório de Administração (exercício findo em 31/12/2019), a comunidade internacional foi acometida pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19), com impactos notórios na economia mundial. O registro do efeito do COVID-19 realizado nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2019 – vide mais detalhadamente no capítulo 5. PLANO ESTRATÉGICO 2040 (2020-2024) – reflete os cuidados e o foco da Administração da GASPETRO sobre as consequências conjunturais, sociais e econômicas: “Em consonância com o disposto no Ofício-Circular CVM/SCN/SEP/nº 20/2020, a Administração da Companhia está avaliando de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.”

Apesar das importantes providências já em curso para a gestão dessa crise macroestrutural, passamos a comentar a análise sobre o cenário, as ações e os resultados da GASPETRO no ano de 2019.

Com o crescimento do PIB de 1,1%, o ano de 2019 seguiu a cadência de recuperação econômica observada em 2018, com sinais de retomada gradual da atividade econômica em setores diversos, contribuindo para a geração paulatina de empregos, melhoria relativa da renda e, conseqüentemente, aumento do consumo das pessoas, embora com o investimento empresarial ainda tímido.

O gás natural – como combustível presente em diversos segmentos da economia, em especial no segmento industrial, comercial, residencial e de geração termoeletrica – teve seu consumo nacional estável quando comparado ao ano anterior (64,4 milhões m³/dia em 2019 e 64,3 milhões m³/dia em 2018).

As Companhias Distribuidoras Locais de Gás Natural (CDLs) com participação da GASPETRO agregaram 3,2% na distribuição e movimentação de gás natural em 2019 em relação a 2018 (27,7 milhões m³/dia em 2018 para 28,6 milhões m³/dia em 2019), com a expressiva participação de 44,5% do volume total distribuído e movimentado no país em 2019.

Em 24/06/2019, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) editou a Resolução CNPE nº 16, estabelecendo diretrizes e aperfeiçoamentos de políticas energéticas voltadas à promoção da livre concorrência no mercado de gás natural.

Demonstrando atitude cooperativa no sentido de acelerar a abertura do mercado de gás natural, a sócia PETROBRAS celebrou com o CADE, em julho de 2019, um Termo de Compromisso de Cessação de Prática (TCC), no qual se comprometeu a alienar a sua participação acionária indireta em companhias distribuidoras, seja alienando suas ações na própria GASPETRO, seja buscando a alienação da participação da GASPETRO nas companhias distribuidoras, respeitados os termos dos respectivos acordos de acionistas. Em 27 de fevereiro de 2020, a PETROBRAS anunciou o início da etapa de divulgação da oportunidade (teaser), referente à venda da totalidade de sua participação de 51% na Petrobras Gás S.A. (GASPETRO).

O ano foi marcado também pela implementação de medidas para recuperação econômica do país, com agenda de reformas na área econômica e lançamento do programa Novo Mercado de Gás pelo Ministério de Minas e Energia e Ministério da Economia, com o objetivo de dinamizar o setor do gás natural via ampliação do número de agentes na cadeia produtiva e do aumento do volume de gás natural disponibilizado ao mercado, em todos os seus segmentos.

Na gestão de participação da GASPETRO, o compromisso com os seus valores declarados e a produtividade da operação, aprimorando e fomentando as atividades das CDLs investidas, resultaram em registros expressivos em 2019 quando comparados com o período desde 2015 (início da concentração da gestão de participações apenas na atividade de distribuição de gás natural e da composição societária atual – base comparável): (i) investimento com 431 km de gasoduto de distribuição construídos, (ii) índice de Segurança Meio Ambiente e Saúde (SMS) de 4,7 na taxa de ocorrências registráveis (TOR); e (iii) lucro líquido contábil (Controladora) de R\$ 334 milhões, 23% superior ao apurado no ano anterior, de R\$ 271 milhões.

Para os próximos 5 anos, as distribuidoras com participação da GASPETRO orçaram um plano de expansão dos negócios, no qual foram contemplados R\$ 2,8 bilhões de investimentos, com parte relevante, em parte relevante, o crescimento da infraestrutura de gás natural no médio prazo. O plano de negócios quinquenal, em todos os seus elementos, contempla o nosso compromisso assumido nos contratos de concessão firmados pelas CDLs, em especial a oferta do gás natural ao maior número de consumidores, a preços competitivos e que promovam o desenvolvimento e a sustentabilidade do mercado de gás natural brasileiro e do modelo de concessão acordado.

Ao passo que as regulações da Lei 13.303/16 e seus desdobramentos estão sendo atendidos de forma responsável, a GASPETRO foi premiada com o melhor grau de avaliação, Certificação Nível 1, no 4º Ciclo de Avaliação do Indicador de Governança IG-SEST 2019.

Com forte dedicação aos valores da GASPETRO e com atenção aos eventos e efeitos provenientes da pandemia do COVID-19, agradecemos a todas as pessoas que compõem as equipes da nossa holding e das nossas CDLs investidas pelo excelente trabalho realizado, além dos stakeholders, sem os quais não teríamos atingido os resultados obtidos em 2019.

2. A GASPETRO

A Petrobras Gás S.A. – GASPETRO, atual denominação da Petrobras Fertilizantes S.A. – PETROFÉRTIL desde maio de 1998, é uma sociedade por ações de capital fechado (holding de participações) constituída em 24/03/1976, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, que tem como objeto social, observados os preceitos legais, a participação em sociedades as quais desempenhem as atividades de comercialização, importação, exportação, armazenamento e distribuição de gás natural.

Em dezembro de 2015, a PETROBRAS concretizou a venda para a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. de 49% de sua participação na GASPETRO. A Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. é uma subsidiária integral da Mitsui & Co., Ltd. (Japão) e possui participação societária diretamente em 8 companhias estaduais de distribuição de gás natural no Brasil. Esta operação, realizada através de processo competitivo, fez parte do Programa de Desinvestimentos previsto no Plano de Negócios e Gestão 2015-2019 da Petrobras, resultando na atual composição societária da GASPETRO, conforme a tabela apresentada na seqüência.

ACIONISTAS	Ações Ordinárias			Ações Preferenciais (total classe A + B)			Total Geral		
	qtd	Valor	%	qtd	Valor	%	qtd	Valor	%
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	56.607	334.314.138,10	51,00%	-	5.905,93	100,00%	56.608	334.320.044,03	51,00%
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. (Mitsui Gas)	54.386	321.197.179,06	49,00%	1	-	-	54.386	321.197.179,06	49,00%
TOTAL	110.993	655.511.317,16	100,00%	1	5.905,93	100,00%	110.994	655.517.223,09	100,00%

Até dezembro de 2015, a GASPETRO possuía participação em 29 empresas, nos setores de transporte de gás natural, de energia elétrica, de comercialização e logística de gás natural liquefeito (GNL) e de aproveitamento de subprodutos de carvão, além da distribuição de gás natural.

Para a venda da participação societária para a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda., foi realizada uma cisão da GASPETRO, que permaneceu com as participações nas Companhias Distribuidoras Locais de Gás Natural (CDLs), transferindo as demais participações para a Petrobras Logística de Gás S.A. (LOGIGÁS), incorporada pela PETROBRAS em 2019.

Atualmente, a GASPETRO é uma holding com participação societária em 19 Companhias Distribuidoras Locais de Gás Natural (CDLs), sendo 14 operacionais e 5 em fase pré ou não operacional.

ALGAS – 41,5%	MSGAS – 49,0%	COPERGAS – 41,5%	GASAP – 37,3%
BAHIAGAS – 41,5%	PBGAS – 41,5%	GASBRASILIANO – 100%	GOIASGAS – 30,5%
CEGAS – 41,5%	POTIGAS – 83,0%	SULGAS – 49,0%	CEBGAS – 32,0%
CEG RIO – 37,4%	SCGAS – 41,0%	GASMAR – 23,5%	GASPISA – 37,3%
COMPAGAS – 24,5%	SER GAS – 41,5%		RONGAS – 41,5%

Operacionais Pré-operacionais

Em 30 de junho de 2016, foi promulgada a Lei nº 13.303/16, também conhecida como a Lei das Estatais, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, abrangendo toda e qualquer empresa pública e sociedade de economia mista da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que explore atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços. Em 27 de dezembro de 2016, a Presidência da República editou o Decreto Federal nº 8.945, que regulamentou, no âmbito da União, a Lei nº 13.303/16.

A GASPETRO, por ser subsidiária da Petrobras, está sujeita aos ditames dos mencionados dispositivos legais. Assim, visando a adequação do Estatuto Social da Companhia às mencionadas normas legais, foi realizada, em 29/06/2018, uma Assembleia Geral de Acionistas aprovando a reforma e consolidação do Estatuto Social da GASPETRO.

Dentre as adequações realizadas, destacam-se os prazos de gestão e de atuação do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da Companhia; criação dos Comitês Estatutários obrigatórios (Comitê de Auditoria Estatutário e Comitê de Elegibilidade Estatutário); fixação de novas competências da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva; e previsão das áreas de Conformidade e Gerenciamento de Riscos.

A Lei 13.303/16 também trouxe orientação de criação de políticas para a melhoria da governança das empresas estatais, com prazo limite de implantação previsto para 30 de junho de 2018, as quais foram integralmente elaboradas e aprovadas pela GASPETRO de forma tempestiva.

A estrutura de Governança atual da GASPETRO é formada pelos seguintes órgãos estatutários:

• **Conselho de Administração:** é o órgão de direção superior da Companhia, formado por sete membros, que se reúnem ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário. O Conselho tem como atribuições principais definir as diretrizes estratégicas da GASPETRO e supervisionar os atos de gestão da Diretoria Executiva. Em 2019, foram realizadas 19 reuniões do colegiado. O Conselho de Administração dispõe, ainda, de uma Auditoria Interna permanente vinculada ao colegiado, que avalia as atividades e controles internos e realiza auditorias na controlada e nas coligadas da GASPETRO.

• **Diretoria Executiva:** órgão de administração geral da Companhia, formada por quatro membros (Diretor Presidente,

Diretor Operacional, Diretor Financeiro e Diretor Corporativo) e eleita pelo Conselho de Administração. Em 2019, foram realizadas 60 reuniões, tendo sido deliberados assuntos relativos às CDLs nas quais a GASPETRO possui participação, além de temas associados à própria atividade e estrutura da GASPETRO.

• **Conselho Fiscal:** órgão de funcionamento permanente formado por três membros, eleitos em Assembleia Geral, cuja competência está definida na Lei das Sociedades Anônimas e no Estatuto Social da Companhia. É um órgão fiscalizador e opinativo. Em 2019, foram realizadas 13 reuniões deste colegiado.

• **Comitê de Auditoria Estatutário:** formado por três membros independentes e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no exercício de suas funções e manifestar-se primordialmente sobre: (i) a qualidade, transparência e integridade das demonstrações financeiras; (ii) a efetividade dos processos de controles internos para a produção de relatórios financeiros; e (iii) a atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e dos auditores internos. Em 2019, foram realizadas 25 reuniões do órgão.

• **Comitê de Elegibilidade:** formado por três membros e vinculado diretamente ao Conselho de Administração. Tem como atribuição auxiliar na verificação da conformidade do processo de indicação e na avaliação dos administradores e conselheiros fiscais indicados para atuarem na GASPETRO e nas CDLs. Em 2019, o órgão realizou 32 reuniões.

A GASPETRO adota o Código de Ética e Guia de Conduta, além do Programa de Prevenção à Corrupção, do Sistema Petrobras e busca contribuir com o aprimoramento da governança e compliance nas investidas.

As Demonstrações Contábeis de 2018 e 2019 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes.

A Política de Gestão de Riscos Empresariais, aprovada pelo Conselho de Administração, adota uma abordagem abrangente da gestão de riscos, incorporando variáveis econômico-financeiras, elementos de preservação da vida, da saúde, do patrimônio e de imagem e reputação.

A GASPETRO tem o compromisso de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos, considerando os riscos em suas decisões e as ações de resposta orientadas para a continuidade dos negócios e agregação de valor.

Em relação ao último exercício social, inexistiram alterações significativas nos principais processos e riscos a que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

O respeito ao Meio Ambiente e a garantia da Saúde e Segurança de seus colaboradores, dos colaboradores de suas coligadas e controlada, bem como de todas as partes envolvidas nas atividades de distribuição de gás natural canalizado, são valores fundamentais nos processos, relacionamentos e em todas as atividades previstas no Plano Estratégico.

A gestão da Segurança, Meio Ambiente e Saúde do Trabalho (SMS) é conduzida com fulcro nas 15 Diretrizes de SMS do Sistema Petrobras, conforme apresentado na seqüência:

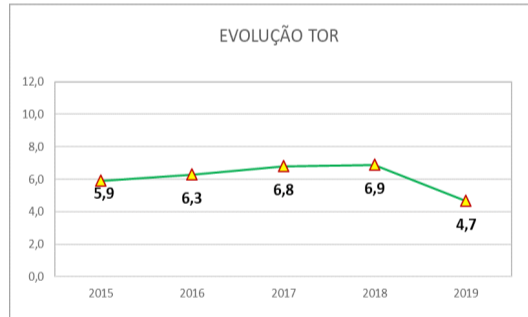
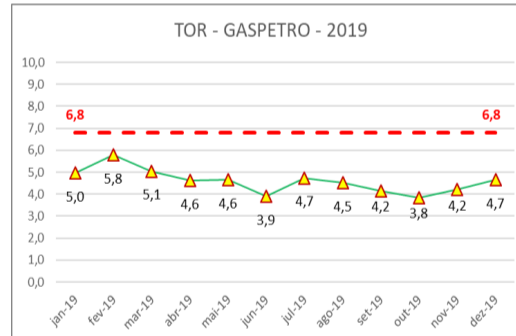
DIRETRIZES

- LIDERANÇA E RESPONSABILIDADE**
A Petrobras, ao integrar segurança, meio ambiente e saúde à sua estratégia empresarial, reafirma o compromisso de todos os seus empregados e contratados com a busca de excelência nessas áreas.
- CONFORMIDADE LEGAL**
As atividades da empresa devem estar em conformidade com a legislação vigente nas áreas de segurança, meio ambiente e saúde.
- ANÁLISE E GESTÃO DE RISCOS**
Riscos inerentes às atividades da empresa devem ser identificados, avaliados e gerenciados, de modo a evitar a ocorrência de acidentes e/ou assegurar a minimização de seus efeitos.
- NOVOS EMPREENDIMENTOS**
Os novos empreendimentos devem estar em conformidade com a legislação e incorporar, em todo o seu ciclo de vida, as melhores práticas de segurança, meio ambiente e saúde.
- SEGURANÇA E MANUTENÇÃO**
As operações da empresa devem ser executadas de acordo com procedimentos estabelecidos e utilizando instalações e equipamentos adequados, inspecionados e em condições de assegurar o atendimento às exigências de segurança, meio ambiente e saúde.
- GESTÃO DE MUDANÇAS**
Mudanças, temporárias ou permanentes, devem ser avaliadas visando à eliminação e/ou minimização de riscos decorrentes de sua implantação.
- AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS**
O desempenho em segurança, meio ambiente e saúde de contratados, fornecedores e parceiros deve ser compatível com o do Sistema Petrobras.
- CAPACITAÇÃO, EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO**
Capacitação, educação e conscientização devem ser continuamente promovidas, de modo a reforçar o comprometimento da força de trabalho com o desempenho em segurança, meio ambiente e saúde.
- GESTÃO DE INFORMAÇÕES**
Informações e conhecimentos relacionados à segurança, meio ambiente e saúde devem ser precisos, atualizados e documentados, de modo a facilitar sua consulta e utilização.
- COMUNICAÇÃO**
As informações relativas à segurança, meio ambiente e saúde devem ser comunicadas com clareza, objetividade e rapidez, de modo a produzir os efeitos desejados.
- CONTINGÊNCIA**
As situações de emergência devem estar previstas e ser enfrentadas com rapidez e eficácia visando à máxima redução de seus efeitos.
- RELACIONAMENTO COM A COMUNIDADE**
A empresa deve zelar pela segurança das comunidades onde atua, bem como mantê-las informadas sobre impactos e/ou riscos eventualmente decorrentes de suas atividades.
- ANÁLISE DE ACIDENTES E INCIDENTES**
Os acidentes e incidentes decorrentes das atividades da empresa devem ser analisados, investigados e documentados, de modo a evitar sua repetição e/ou assegurar a minimização de seus efeitos.
- GESTÃO DE PRODUTOS**
A empresa deve zelar pelos aspectos de segurança, meio ambiente e saúde de seus produtos, desde sua origem até a destinação final, bem como empregar-se na constante redução dos impactos que eventualmente possam causar.
- PROCESSO DE MELHORIA CONTÍNUA**
A melhoria contínua do desempenho em segurança, meio ambiente e saúde deve ser promovida em todos os níveis da empresa, de modo a assegurar seu avanço nessas áreas.

Em 2019, foi realizada uma avaliação de aderência às diretrizes de SMS em 12 CDLs investidas, com melhora significativa por todas as distribuidoras em suas práticas de SMS em relação à primeira avaliação realizada em 2011. Com base nos resultados obtidos, foram estabelecidos planos de ação para atendimento das expectativas dos stakeholders, garantindo a segurança de nossas operações.

O atendimento da NR-20 - Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis em nossas instalações foi verificado e estabelecemos as melhores práticas em cada companhia de forma a disseminar o conhecimento e atender à regulamentação aplicável ao setor de distribuição de gás natural.

Dentro do monitoramento dos indicadores de acidentes nas CDLs, a taxa de ocorrências registráveis (TOR) terminou com o índice de 6,8 em 2019, dentro do limite de alerta definido para o sistema GASPETRO, atingindo a melhor performance desde 2015, conforme evolução dos gráficos apresentados na seqüência: mensal de 2019 e período 2015 a 2019.



Em relação à confiabilidade e eficácia das operações das redes de distribuição, realizadas pelas CDLs, os resultados apresentados indicam que as operações das redes transcorreram com continuidade e eficiência, com o adequado atendimento às ocorrências.

As ações de Segurança, Meio Ambiente e Saúde serão ampliadas e aperfeiçoadas no ano de 2020, no intuito de manter os indicadores dentro dos limites de alerta e consolidar ainda mais os valores da GASPETRO e a cultura de SMS nas atividades de seus colaboradores e dos colaboradores de suas empresas coligadas e controlada, dentro dos preceitos das relações societárias e regulatórias das empresas.

Com o objetivo de facilitar o acesso à informação pública e atender à Lei de Acesso a Informação - LAI (Lei 12.527/2011), a GASPETRO utiliza e disponibiliza o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) da sócia Petrobras.

3. RESULTADOS 2019

A produção nacional de gás natural apresentou um aumento de 11 milhões m³/dia em 2019, comparado ao ano de 2018, segundo Boletim de Acompanhamento da Indústria de Gás Natural, publicado pelo Ministério de Minas e Energia.

O volume de oferta nacional representou 46,2% do total ofertado ao mercado e houve uma redução de 7% no volume médio importado de gás em 2019, em comparação com o realizado no ano de 2018.

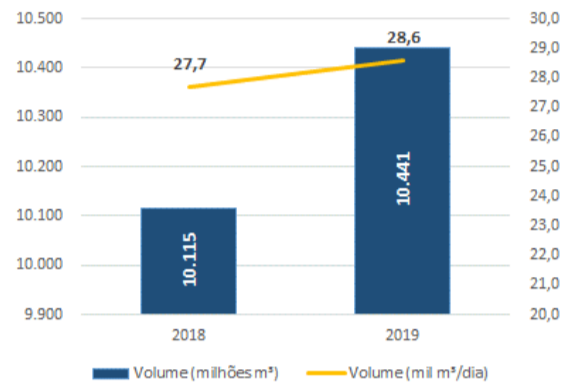
BALANÇO DO MERCADO DE GÁS NATURAL (milhões m³/dia)	2019	2018
Produção Nacional	122,4	111,9
Oferta Nacional	56,5	55,1
% oferta nacional	46,2%	49,2%
Oferta importada	27,0	29,0
Oferta Total de Gás Natural	83,5	84,1
Industrial	37,0	39,8
Automotivo	6,3	6,1
Residencial	1,3	1,3
Comercial	0,9	0,8
Geração Elétrica	29,0	27,7
Cogeração	2,7	2,8
Outros (inclui GNC)	0,9	0,4
Demanda Total	78,0	78,8
Consumo nos gasodutos, desequilíbrio, perdas e ajustes	5,5	5,3

(Fonte: MME - Boletim Mensal de Acompanhamento da Indústria de Gás Natural - Edição 154 - dez/19)

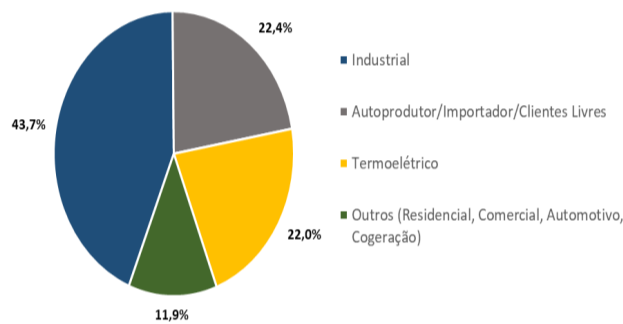
Observe-se que, da Demanda Total de 78,0 milhões m³/dia da tabela anterior, 64,4 milhões m³/dia são movimentados pelas Distribuidoras conforme a tabela apresentada na seqüência. O volume movimentado pelas Distribuidoras de Gás Natural em que a GASPETRO tem participação (destacadas em azul na tabela apresentada na seqüência) foi de 10.441 milhões m³ em 2019, equivalentes a 28,6 milhões m³/dia, com representatividade expressiva de 44,5% do volume distribuído e movimentado no país.

CONSUMO DE GÁS NATURAL POR DISTRIBUIDORA (milhões m³/dia)	2019	2018
Algás (AL)	0,5	0,6
Bahiagás (BA)	3,8	3,8
BR Distribuidora (ES)	2,6	2,8
Cebgás (DF)	0,0	0,0
Ceg (RJ)	10,1	11,5
Ceg Rio (RJ)	6,3	5,7
Cegás (CE)	1,2	0,8
Cigás (AM)	4,6	3,9
Comgás (SP)	14,2	14,2
Compagás (PR)	1,4	1,2
Copergás (PE)	4,7	4,8
Gas Brasileiro (SP)	0,7	0,7
Gasmig (MG)	3,1	3,0
Gaspisa (PI)	0,0	0,0
Mtgás (MT)	0,0	0,0
Msgás (MS)	1,3	1,2
Pbgás (PB)	0,2	0,3
Potigás (RN)	0,3	0,3
Gás Natural Fenosa (SP)	1,1	1,1
Scgás (SC)	2,0	1,9
Sergás (SE)	0,3	0,2
Sulgás (RS)	2,2	2,1
Goiagás (GO)	0,0	0,0
Gasmar (MA)	3,7	3,8
TOTAL DISTRIBUIDORAS	64,4	64,3
Subtotal Distribuidoras com Participação Gaspetro	28,6	27,7
% Distrib. Com Participação Gaspetro	44,5%	43,0%

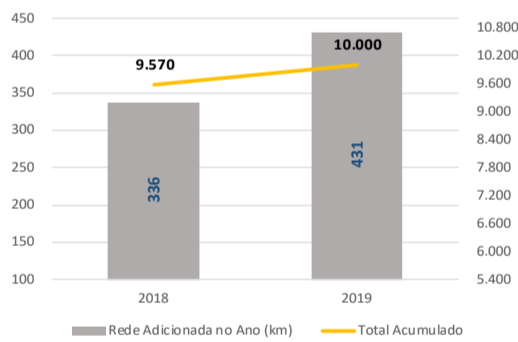
As CDLs com participação da GASPETRO apresentaram um acréscimo de 3,2% na distribuição e movimentação de gás natural em 2019 em relação a 2018 (27,7 milhões m³/dia em 2018 para 28,6 milhões m³/dia em 2019).



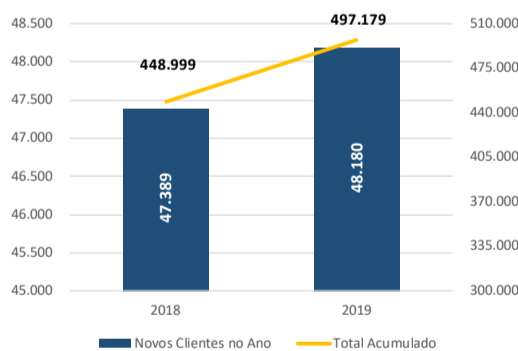
Do volume total distribuído pelas Distribuidoras em que a GASPETRO tem participação, 43,7% vem do atendimento ao segmento industrial, 22,4% dos segmentos de autoprodutores, importadores e clientes livres, 22% do segmento Termoeletrico e 11,9% dos segmentos residencial, comercial, automotivo e cogeração em conjunto.



As CDLs com participação GASPETRO tiveram bom desempenho na concretização de novos investimentos e conquista de novos clientes em 2019, com investimento de R\$ 326 milhões na expansão de rede, agregando 431 Km à malha de gasodutos de distribuição. A rede total atingiu a marca de 10.000 Km no ano de 2019.



Com este acréscimo de rede, as distribuidoras atenderam aproximadamente 48 mil novos clientes, totalizando 497 mil clientes atendidos em 2019.



Os resultados auferidos pelas CDLs são distribuídos proporcionalmente às participações dos sócios, sendo, na Demonstração do Resultado do Exercício da GASPETRO, alocados na conta Resultado com Participações em Investimentos. Em 2019, este resultado foi de R\$ 379,5 milhões, também recorde histórico comparável a partir de 2015, representando um crescimento de 22% em relação à 2018, que registrou R\$ 311,6 milhões.

	Resultado com participações em investimentos (R\$ Mil)	Participação	2019	2018
OPERACIONAIS				
ALGAS		41,5%	7.853	10.870
BAHIAGAS		41,5%	48.198	65.073
CEGAS		41,5%	29.649	26.558
CEG RIO		37,4%	33.747	33.875
COMPAGAS		24,5%	42.733	23.258
COPERGAS		41,5%	91.077	36.839
GASBRASILIANO		100,0%	48.442	46.469
GASMAR		23,5%	2.270	4.461
MSGAS		49,0%	13.489	13.017
PBGAS		41,5%	2.705	4.028
POTIGAS		83,0%	9.333	20.012
SCGAS		41,0%	31.577	7.008
SERGAS		41,5%	2.652	2.182
SULGAS		49,0%	42.414	39.241
PRÉ OU NÃO OPERACIONAIS				
CEBGAS (aporte)		32,0%	96	128
GASAP (aporte)		37,3%	112	56
GASPISA (aporte)		37,3%	279	280
GOIASGAS (aporte)		30,5%	335	183
RONGAS (aporte)		41,5%	208	208
SUBTOTAL			386.442	318.021
PIS/COFINS sobre JSCP			6.939	6.454
Resultado com participações em investimentos (R\$ Mil)			379.503	311.567

Os fatos relevantes para o expressivo resultado da GASPETRO em 2019 foram (i) o desfecho favorável no processo de arbitragem sobre o ICMS da compra de gás térmico no valor de R\$ 184 milhões contabilizado em maio de 2019 na COPERGÁS, (ii) o reconhecimento de crédito no valor de R\$ 142 milhões referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS na COMPAGÁS; e (iii) a recuperação das margens pela SCGÁS. Esses valores foram parcialmente compensados pelo (iv) registro, na GASPETRO, da atualização da obrigação do PROGÁS relacionado ao contencioso existente na POTIGÁS.

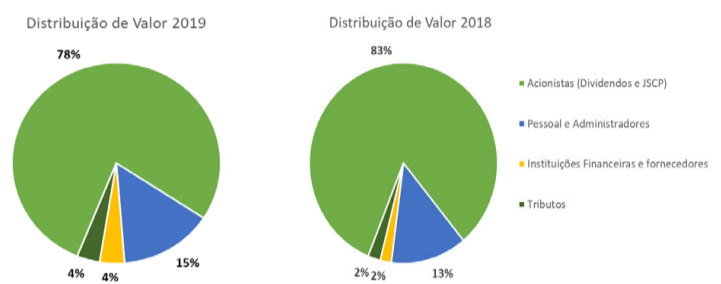
A disciplina de capital resultou em uma redução de aproximadamente R\$ 2 milhões nas despesas do ano de 2019, quando comparadas com o ano de 2018. Apesar do aumento da Despesa com Pessoal – ocasionado primordialmente pelo dissídio salarial, participação nos lucros e resultados e pagamento de quarentena a ex-administradores – ocorreu a redução na conta Outras Receitas (Despesas) Líquidas devido ao aumento relativo havido em 2018 com eventos extraordinários: *impairment* sobre títulos financeiros e aporte no projeto de cooperação técnica sobre o mercado de gás natural, compensados parcialmente pelo ressarcimento de títulos pela LOGIGÁS referentes à cisão da GASPETRO no momento da venda de participação da PETROBRAS para Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.

DESPESAS (R\$ mil)	2019	2018
Despesas com Pessoal	(32.930)	(30.655)
Outras Despesas	(10.218)	(11.427)
Amortização e Depreciação	(1.679)	(1.678)
Despesas Gerais e Administrativas	(44.827)	(43.760)
Despesas Tributárias	(379)	(457)
Outras Receita (Despesas) Líquidas	(1.577)	(4.680)
TOTAL	(46.783)	(48.897)

Com relação ao resultado financeiro líquido, houve uma queda no montante de R\$ 4,4 milhões por decorrência do impacto da atualização monetária de R\$ 2,8 milhões sobre o valor repassado pela GASPETRO à LOGIGÁS em março de 2019, quando ocorreu rerratificação de alguns itens do processo de cisão, e ao maior impacto na atualização dos dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP) devido aos acionistas (R\$ 1,6 milhões).

As atividades da GASPETRO geraram um lucro líquido contábil (Controladora) de R\$ 334 milhões, recorde a partir de 2015 – em que ocorreu o início da nova estrutura, após operação societária de cisão, com participações acionárias apenas no setor de distribuição de gás natural (resultado comparável) – e 23% superior ao apurado no ano anterior (R\$ 271 milhões).

Em 2019, foram gerados R\$ 222,7 milhões de valor para a sociedade. A remuneração e benefícios relativos a pessoal e administradores totalizou R\$ 32,3 milhões, com o resultado distribuído aos nossos acionistas de R\$ 70,4 milhões, complementados pela proposta de distribuição de R\$ 103,6 milhões, totalizando R\$ 174,0 milhões, sendo R\$ 87,1 milhões na forma de dividendos obrigatórios e juros sobre o capital próprio e R\$ 86,9 na forma de dividendos adicionais. Foram pagos, ainda, R\$ 7,9 milhões em tributos (federais, estaduais e municipais) e R\$ 8,6 milhões a instituições financeiras e fornecedores.



4. NEGÓCIO, MISSÃO, VISÃO E VALORES

O negócio, missão, visão e valores da GASPETRO nortearam o Planejamento Estratégico (2020-2024) concluído em 2019, conforme apresentado na sequência.

Negócio

Gestão de participações societárias

Missão - Promover o desenvolvimento do mercado de gás natural e a expansão da infraestrutura de distribuição através da participação nas concessionárias estaduais de serviços de distribuição de gás canalizado nos estados.

Visão - Ser a empresa referência no setor de gás natural reconhecida pela sociedade, colaboradores, fornecedores, e parceiros, pela sua competência e eficiência na agregação de valor e contribuição para o desenvolvimento do setor energético do país e a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Valores

- Respeito à vida e às instituições,
- Manutenção de um ambiente harmônico de negócios; e
- Compromisso com a construção de um futuro sustentável.

5. PLANO ESTRATÉGICO 2040 (2020-2024)

Na proximidade da publicação deste Relatório da Administração do ano de 2019, a comunidade internacional foi acometida pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19), com impactos notórios na economia mundial.

O registro do efeito do COVID-19 nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2019 reflete os cuidados e o foco da Administração da GASPETRO sobre as consequências conjunturais, sociais e econômicas:

"Em consonância com o disposto no Ofício-Circular CVM/SCN/SEP/nº 20/2020, a Administração da Companhia está avaliando de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

Com relação às afiliadas, face ao seu contexto operacional e a necessidade de avaliação sobre o comportamento do mercado, não foi possível, ainda, precisar os eventuais impactos deste evento no resultado e fluxo de caixa futuros.

Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, nenhuma ação relevante sob o aspecto financeiro e/ou contratual foi adotada face à inexistência da percepção de impactos significativos. "

Insta ressaltar que o Plano Estratégico 2040 (2020-2024) - PE 2040 (2020-2024), apresentado na sequência, foi concluído no ano de 2019 e, por essa razão, não considera o COVID-19.

Para o horizonte do PE 2040 (2020-2024), foi selecionado o cenário de melhoria do ambiente com aumento gradual da produtividade e maior crescimento econômico. Além disso, com a crescente preocupação acerca das mudanças climáticas, a comunidade internacional se une para criar um contexto mais favorável para a redução de emissões, resultando em um aumento do consumo do gás natural.

Ademais, em 24/06/2019, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) editou a Resolução CNPE nº 16 que estabelece diretrizes e aperfeiçoamentos de políticas energéticas voltadas à promoção da livre concorrência no mercado de gás natural.

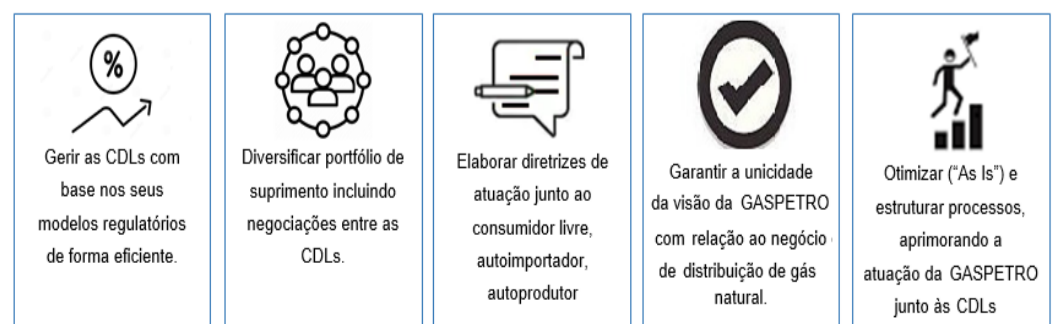
Visando conferir efetividade aos princípios norteadores da Resolução CNPE nº 16, o art. 3º da normativa em questão estabelece como de interesse da Política Energética Nacional que o agente que ocupe posição dominante no setor de gás natural observe a seguinte medida estrutural e comportamental, dentre outras: a alienação total das ações que detém, direta ou indiretamente, nas empresas de transporte e distribuição.

Demonstrando atitude cooperativa no sentido de acelerar a abertura do mercado de gás natural, a sócia PETROBRAS celebrou com o CADE, em 08/07/2019, um Termo de Compromisso de Cessação de Prática (TCC), no qual se comprometeu a alienar a sua participação acionária indireta em companhias distribuidoras, seja alienando suas ações na própria GASPETRO, seja buscando a alienação da participação da GASPETRO nas companhias distribuidoras, respeitados os termos dos respectivos acordos de acionistas.

A regulação do Novo Mercado de Gás encontra-se em discussão, com seguintes pontos propostos para revisão pelo Projeto de Lei 6.407/2013:

- Modelo de Outorga
- Regulação da Comercialização e dos Serviços de Gás Canalizado
- Vedação à verticalização no Setor
- Modelo Entrada-Saída no Transporte
- Área de Mercado e seu Gestor
- Conselhos de Usuários
- Possibilidade de Interconexão entre Distribuidoras
- Entidade Administradora do Mercado de GN

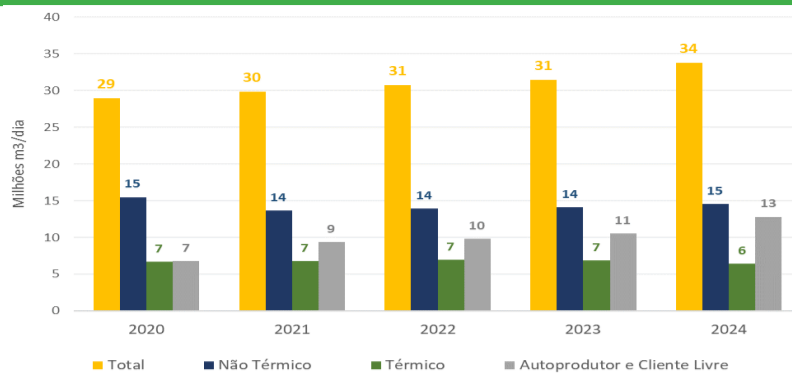
O PE 2040 (2020-2024) atualizou o cenário apresentado, destacando as 5 estratégias prioritárias, conforme a ilustração apresentada na sequência, com o respectivo direcionamento dos objetivos estratégicos, desdobrando nas ações necessárias para seu cumprimento, de forma integrada ao Plano de Negócios e Gestão 2020-2024.



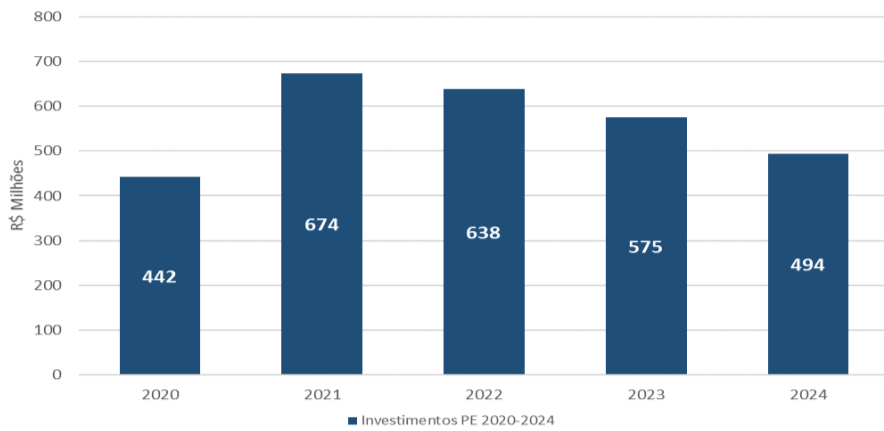
As ações para cada estratégia estão sempre em busca de melhores resultados e a manutenção da proximidade com as Companhias Distribuidoras Locais, de forma a captar sinergias e melhorias no ambiente de negócios.

Como forma de otimizar a carteira de investimentos da GASPETRO, uma das ações do PE 2040 (2020-2024) é desenvolver a gestão ativa de portfólio, que consiste na busca diligente e sistemática para o desinvestimento e/ou investimento, compondo os melhores ativos da carteira de forma alinhada com a estratégia corporativa.

Em relação ao cenário de negócio, o volume de distribuição e movimentação de gás natural previsto para o ano de 2024 é 34 milhões m³/dia, que é superior em 19% quando comparado ao ano de 2019 (28,6 milhões m³/dia).



Os investimentos do PE 2040 (2020-2024) totalizam o valor de R\$ 2,8 bilhões, com destaque para o ano de 2021, que representa 24% dos investimentos totais.



6. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Desde 26 de maio de 2017 a empresa contratada pela GASPETRO é a KPMG Auditores Independentes (KPMG). Durante o exercício de 2019, a KPMG prestou os serviços de auditoria contábil e revisão de conformidade fiscal em conexão com os procedimentos de auditoria nas demonstrações financeiras no valor de R\$ 588.845,27, incluindo aqueles prestados às nossas controladas.

Informações relativas às decisões tomadas em função de orientações recebidas do acionista controlador e investimentos realizados em decorrência do exercício de políticas públicas

Nos termos do Estatuto Social da GASPETRO, como subsidiária de sociedade de economia mista, as suas atividades podem ser orientadas pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, com a finalidade de contribuir para o interesse público que justificou sua criação, visando garantir a distribuição de gás natural em todo o território nacional. Porém, a contribuição para esse interesse público deve ser compatível com o objeto social da companhia e não pode colocar em risco a sua rentabilidade e sustentabilidade financeira.

Assim, caso haja orientação da Petrobras para o atendimento ao interesse público que norteou a criação da GASPETRO, conforme explicitado no Estatuto Social, as obrigações ou responsabilidades assumidas pela companhia deverão estar definidas em norma ou regulamento e estar previstas em documento específico, como contrato ou convênio, observada a ampla publicidade destes instrumentos, bem como a divulgação dos seus custos e receitas discriminados, inclusive no plano contábil.

Neste caso, em havendo orientação da Petrobras para atendimento ao interesse público em condições diversas às de mercado do mesmo setor em que a companhia atue, de acordo com avaliação e mensuração pelo Conselho de Administração da companhia, a Petrobras garantirá a compensação, a cada exercício social, da diferença entre as condições de mercado e o resultado operacional ou retorno econômico da obrigação assumida.

Não se verificou, em 2019, o exercício de tal prerrogativa pela Petrobras que suscitasse a aplicabilidade dos Parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º do Art. 3º do Estatuto Social da companhia, que seria também publicado na Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa.

Efeitos inflacionários sobre o resultado

Apesar da economia do Brasil não vivenciar hiperinflação desde o Plano Real, a título informativo, os resultados dos exercícios de 2016 a 2018 foram atualizados monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) desde o ano do resultado até o ano de 2019 (data base: 31 de dezembro):

Informações Inflacionadas	2019	2018	2017	2016
OPEX	- 46.783	- 51.003	- 45.005	- 47.337
Resultado Financeiro Líquido	1.189	5.808	9.771	36.041
Resultado com participações em investimentos	379.503	324.983	317.252	356.580
Lucro antes dos impostos	333.909	279.788	282.018	345.283
IR e CSLL	- 89	2.579	- 4.386	- 16.982
Lucro do Exercício	333.820	282.368	277.632	328.301
<i>Fonte: IBGE</i>				
IPCA (31.dez)	1.371,1	1.314,5	1.267,0	1.230,8
% correção do período	-	104%	108%	111%

Balancos Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2019	2018	2019	2018			2019	2018		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	56.842	28.539	56.743	27.517	Fornecedores	15	46.051	50.739	8.137	10.187
Contas a receber – ativos financeiros (FIDC)	9.1	173.140	107.599	58.212	29.746	Arrendamento a pagar	4.a	1.889	-	-	-
Contas a receber, líquidas	9.2	143.235	137.712	70.048	66.615	Imposto de renda e contribuição social					
Imposto de renda e contribuição social e outros impostos	17.1	21.914	30.845	19.767	25.309	Dividendos propostos	18.5	63.065	-	63.065	-
Outros ativos circulantes		2.870	2.988	-	18	Juros sobre capital próprio a pagar	18.5	20.400	25.500	20.400	25.500
		398.001	307.683	204.770	149.205	Outras contas e despesas a pagar		9.965	9.418	129	118
								158.101	99.660	96.893	41.934
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Arrendamento a pagar	4.a	1.274	-	-	-
Contas a receber, líquidas	9.2	9.943	2.462	9.373	1.215	Provisão para processos judiciais	23.1	14.408	8.731	-	-
Depósitos judiciais	23.2	1.985	2.806	1.779	2.806	Obrigações estatutárias	18.4b	104.602	103.539	104.602	103.539
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.2	58.348	57.128	1.693	1.369	Outras contas e despesas a pagar		161	401	11	-
Imposto de renda e contribuição social e outros impostos	17.1	15.664	9.005	4.823	-			120.445	112.671	104.613	103.539
Ativo financeiro de concessão	10	50.919	44.132	-	-			278.546	212.331	201.506	145.473
Impostos em litígio	23.4	109.180	106.820	109.180	106.820						
Títulos e valores mobiliários	14	996	996	996	996	Patrimônio líquido	18				
Outros ativos realizáveis a longo prazo		36	84	-	-	Capital social realizado		655.516	655.522	655.516	655.522
		247.071	223.433	127.844	113.206	Transações de capital		910.736	910.736	910.736	910.736
						Reserva de capital		560	560	560	560
Investimentos	11	1.491.615	1.394.621	2.025.155	1.896.338	Reservas de lucros		588.295	445.695	589.569	446.969
Imobilizado	12	4.569	2.430	103	136	Ajuste de Avaliação Patrimonial		(15)	(15)	(15)	(375)
Intangível	13	292.382	296.302	-	-			2.155.092	2.012.378	2.156.366	2.013.412
		1.788.566	1.693.353	2.025.258	1.896.474			2.433.638	2.224.469	2.357.872	2.158.885
		2.433.638	2.224.469	2.357.872	2.158.885						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração de Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2019	2018	2019	2018
Receita de vendas e serviços	19	538.287	417.680	-	-
Custo dos produtos e serviços vendidos	21	(445.193)	(350.517)	-	-
Lucro bruto		93.094	67.163	-	-
Receita de construção da infraestrutura	5.12	23.308	32.664	-	-
Custo da construção da infraestrutura	5.12	(23.308)	(32.664)	-	-
Lucro bruto após construção da infraestrutura		93.094	67.163	-	-
Despesas Operacionais					
Vendas	21	(11.570)	(10.711)	-	-
Gerais e administrativas	21	(67.099)	(64.719)	(44.827)	(43.760)
Tributárias	21	(1.247)	(4.312)	(379)	(457)
Outras despesas	21	(10.383)	(3.961)	(1.577)	(4.680)
		(90.299)	(83.703)	(46.783)	(48.897)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos		2.795	(16.540)	(46.783)	(48.897)
Resultado financeiro líquido	22	13.284	26.921	1.189	5.568
Receitas financeiras		17.444	16.269	4.420	4.726
Despesas financeiras		(641)	(366)	(10)	(2)
Variações monetárias líquidas		(3.519)	11.018	(3.221)	844
Resultado de participações em investimentos	11.2	331.060	268.099	-	-
Lucro antes dos impostos		347.139	278.480	379.503	311.567
Imposto de renda e contribuição social	17.3	(13.319)	(6.988)	(89)	2.473
Lucro do exercício		333.820	271.492	333.820	270.711
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	18.6	3,01	2,45	3,01	2,44

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração de Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2019	2018	2019	2018
Lucro do exercício		333.820	271.492	333.820	270.711
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado					
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	11.2	360	(375)	360	(375)
Resultado abrangente total		334.180	271.117	334.180	270.336

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro do exercício	333.820	271.492	333.820	270.711
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício:				
Resultado de participações em investidas	(331.060)	(268.099)	(379.503)	(311.567)
Depreciação e amortização	27.216	17.262	1.679	1.678
Perdas esperada de crédito	(503)	(5.012)	-	-
Provisão para perdas com processos judiciais	5.677	(1.823)	-	-
Baixa processo judicial	12	1.412	12	1.213
Perdas por Desvalorização de Ativos (Impairment)	-	2.858	-	2.858
Variações monetárias e encargos financeiros não realizados e outras	(710)	(11.018)	(1.294)	(844)
Pagamentos de juros	(280)	-	-	-
Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros	(13.566)	(7.002)	(1.969)	(2.141)
Imposto de renda e contribuição social, líquidos	13.319	6.988	89	(2.473)
Redução (aumento) de ativos				
Contas a receber	(23.392)	19.400	205	(1.215)
Ativos financeiros vinculados à concessão	(1.105)	2.488	-	-
Outros ativos	(373)	(1.696)	766	(2.334)
Aumento (redução) de passivos				
Fornecedores	(4.688)	15.598	(2.050)	65
Imposto de renda e contribuição social e outros impostos	20.088	(15.129)	(1.544)	(3.941)
Arrendamentos a pagar	3.443	-	-	-
Outros passivos	5.282	(3.836)	64	4.237
Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades operacionais	33.180	23.882	(49.725)	(43.753)
Atividades de investimentos				
Aquisições de ativos imobilizados e intangíveis	(12.095)	(17.837)	-	(2)
Aportes em participações	(1.030)	(854)	(1.030)	(854)
Resgate (investimentos) em recebíveis de ativos financeiros	(58.653)	(9.050)	(26.729)	5.649
Dividendos recebidos	196.506	181.082	234.810	220.596
Recursos líquidos gerados nas atividades de investimentos	124.728	153.341	207.051	225.389
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Arrendamentos pagos – principal e juros	(1.505)	-	-	-
Dividendos pagos a acionistas da Gaspetro	(128.100)	(202.427)	(128.100)	(202.427)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos	(129.605)	(202.427)	(128.100)	(202.427)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	28.303	(25.204)	29.226	(20.791)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	28.539	53.742	27.517	48.308
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	56.842	28.539	56.743	27.517

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

continuação

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Reserva de capital				Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora	Ativo diferido	Total do patrimônio líquido consolidado
	Capital subscrito e integralizado	Transações de capital	Incentivos fiscais	Legal	Dividendos adicionais propostos	Reserva especial	Lucros Acumulados				
Saldo em 1º de janeiro de 2018	655.522	910.736	560	118.837	105.200	164.504	-	-	1.955.359	(2.055)	1.953.304
Dividendos adicionais aprovados (R\$ 0,95/ação)	-	-	-	-	(105.200)	-	-	-	(105.200)	-	(105.200)
Realização de reserva especial (R\$ 0,19/ação)	-	-	-	-	-	(21.000)	-	-	(21.000)	-	(21.000)
Resultado abrangente	-	-	-	-	-	-	-	(375)	(375)	-	(375)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	270.711	-	-	270.711	781	271.492
Destinações do lucro líquido do exercício:											
Apropriações do lucro líquido em reservas	-	-	-	12.268	-	69.760	(82.028)	-	-	-	-
Reversão da apropriação de lucros em obrigações	-	-	-	-	-	-	3.995	-	3.995	-	3.995
Apropriações do lucro líquido em obrigações	-	-	-	-	-	-	(1.078)	-	(1.078)	-	(1.078)
Dividendos adicionais propostos (R\$ 0,92/ação)	-	-	-	-	102.600	-	(102.600)	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio (R\$ 0,80/ação)	-	-	-	-	-	-	(89.000)	-	(89.000)	-	(89.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	655.522	910.736	560	131.105	102.600	213.264	-	(375)	2.013.412	(1.274)	2.012.138
Dividendos adicionais aprovados (R\$ 0,92/ação)	-	-	-	-	(102.600)	-	-	-	(102.600)	-	(102.600)
Redução de capital – ação preferencial Classe “A” (AGE 05.09.2019)	(6)	-	-	-	-	-	-	-	(6)	-	(6)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	333.820	-	-	333.820	-	333.820
Adoção inicial pronunciamentos contábeis (CPC 06)	-	-	-	-	-	-	(478)	-	(478)	-	(478)
Resultado abrangente	-	-	-	-	-	-	-	360	360	-	360
Destinações do lucro líquido do exercício:											
Apropriações do lucro líquido em reservas	-	-	-	-	-	158.289	(158.289)	-	-	-	-
Apropriações do lucro líquido em obrigações	-	-	-	-	-	-	(1.087)	-	(1.087)	-	(1.087)
Dividendos adicionais propostos (R\$ 0,78/ação)	-	-	-	-	86.911	-	(86.911)	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio (R\$ 0,78/ação)	-	-	-	-	-	-	(87.055)	-	(87.055)	-	(87.055)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	655.516	910.736	560	131.105	86.911	371.553	-	(15)	2.156.366	(1.274)	2.155.092

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Consolidado		Controladora		Distribuição do valor adicionado	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018		2019	2018	2019	2018
Receitas									
Vendas de produtos, serviços e outras receitas	712.392	552.111	-	1	Pessoal e administradores				
Perdas em créditos	437	362	-	-	Salários e participações	52.618	46.961	32.173	29.947
Receitas relativas à construção de ativos para uso	<u>23.308</u>	<u>29.111</u>	-	-	Benefícios	2.328	2.315	36	92
	736.137	581.584	-	1	FGTS	<u>931</u>	<u>908</u>	<u>110</u>	<u>133</u>
						55.877	50.184	32.319	30.172
Insumos adquiridos de terceiros					Tributos				
Produtos para revenda	(420.328)	(338.460)	-	-	Federais	93.156	69.539	7.868	4.922
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(40.985)	(36.651)	(10.329)	(11.854)	Estaduais	108.010	82.341	-	-
Perda / Recuperação de valores ativos	(1.030)	(3.712)	(1.030)	(3.712)	Municipais	<u>1</u>	-	-	-
	<u>(462.343)</u>	<u>(378.823)</u>	<u>(11.359)</u>	<u>(15.566)</u>		201.167	151.880	7.868	4.922
Valor adicionado bruto	<u>273.794</u>	<u>202.761</u>	<u>(11.359)</u>	<u>(15.565)</u>	Instituições financeiras e fornecedores				
Depreciação e amortização	<u>(27.216)</u>	<u>(25.011)</u>	<u>(1.679)</u>	<u>(1.678)</u>	Juros, variações monetárias	7.968	3.887	6.955	3.038
Valor adicionado líquido produzido/(consumido) pela Companhia	<u>246.578</u>	<u>177.750</u>	<u>(13.038)</u>	<u>(17.243)</u>	Despesas de aluguéis	<u>2.967</u>	<u>4.302</u>	<u>1.616</u>	<u>1.396</u>
						10.935	8.189	8.571	4.434
Valor adicionado recebido em transferência					Acionistas				
Resultado de participações em investimentos	351.089	271.625	387.472	318.875	Dividendos	87.055	89.000	87.055	89.000
Receitas financeiras - inclui variações monetária	21.250	30.808	8.144	8.607	Lucros retidos	<u>263.883</u>	<u>180.930</u>	<u>246.765</u>	<u>181.711</u>
	<u>372.339</u>	<u>302.433</u>	<u>395.616</u>	<u>327.482</u>		<u>350.938</u>	<u>269.930</u>	<u>333.820</u>	<u>270.711</u>
Valor adicionado a distribuir	<u>618.917</u>	<u>480.183</u>	<u>382.578</u>	<u>310.239</u>	Valor adicionado distribuído	<u>618.917</u>	<u>480.183</u>	<u>382.578</u>	<u>310.239</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)
1. A Companhia e suas operações

A Petrobras Gás S.A. - Gaspetro (denominada "Gaspetro" ou "Companhia"), tem por objeto a participação em sociedades em distribuidoras de gás natural canalizado, as quais desempenhem as atividades de distribuição, importação, exportação, armazenamento e comercialização de gás natural. A sede social da Companhia está localizada no Rio de Janeiro - RJ.

A Companhia é uma empresa de participações e, portanto, não tem atuação direta no mercado. Desta forma, o cumprimento da sua função social se dá através das suas investidas, no limite da sua participação.

Para cumprir sua missão, a Companhia vem desenvolvendo projetos em parceria, por meio da participação no capital de empresas. Dentre os projetos que têm participação da Gaspetro, destaca-se a controlada GasBrasiliiano Distribuidora S.A., além de participações societárias (empreendimentos controladas em conjunto) em companhias estaduais distribuidoras de gás natural canalizado.

2. Cisão parcial da companhia em 2015 e Processo de Venda de Participações Acionárias
2.1 Cisão da companhia

Em dezembro de 2015, houve uma cisão parcial da Gaspetro, vertendo os ativos e passivos não relacionados ao do segmento (negócios) de distribuição de gás natural para a Petrobras Logística de Gás S.A. - Logigás.

Essa alteração precedeu o processo de alienação de 49% das ações da Gaspetro, detidas pela Petrobras, para a Mitsui Gás, formalizado através de um Contrato de Compra e Venda de Ações ("CCVA").

Apesar dessa delimitação no objeto social da companhia, alguns ativos permaneceram registrados na Gaspetro devido a impossibilidade de desvinculação e foram classificados como "Ativos Excluídos", que são atualizados monetariamente de acordo com suas respectivas características e produzem efeitos financeiros periodicamente vertidos através de destinação para reserva estatutária líquido de eventuais tributos, beneficiando o acionista Petrobras, que é único detentor das ações preferenciais (Nota explicativa 18.4 "b").

2.2 Acordo com Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e alienação das ações da Gaspetro

Em 8 de julho de 2019, a Petrobras assinou Termo de Compromisso e Cessação com o CADE sobre a promoção de concorrência no setor de gás natural no Brasil, incluindo a venda de participações acionárias. O termo tem por objetivo preservar e proteger as condições concorrenciais, visando à abertura do mercado brasileiro de gás natural, incentivando a entrada de novos agentes nesse mercado, bem como suspender procedimentos administrativos instaurados pelo CADE. A Petrobras está se comprometendo a vender participação direta em transportadoras de gás natural e participação indireta em companhias distribuidoras de gás, seja vendendo sua participação de 51% na Gaspetro, seja vendendo suas participações indiretas nas companhias estaduais distribuidoras de gás natural canalizado até 31 de dezembro de 2021.

Em 27 de fevereiro de 2020, esse acionista informou que iniciou a etapa de divulgação da oportunidade ("teaser"), referente à venda da totalidade de sua participação de 51% na Petrobras Gás S.A. (Gaspetro). O "teaser" contém as principais informações sobre o processo e os critérios de elegibilidade para a seleção de potenciais participantes, mas as principais etapas subsequentes do projeto ainda serão informadas oportunamente.

Essa operação não apresenta risco na continuidade operacional dos negócios da Companhia e suas afiliadas.

3. Base de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis individuais diferem exclusivamente pela manutenção de saldo no Ativo Diferido em companhias afiliadas, que é permitido pelas práticas brasileiras atuais (Pronunciamento Técnico CPC 13), acarretando diferença entre a controladora e o consolidado com relação ao resultado, quando há amortização, e ao patrimônio líquido da Companhia. Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada, em 27 de março de 2020, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis.

3.1. Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado - DVA apresentam informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional.

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Gaspetro e de sua controlada é o real, que é a moeda de seu ambiente econômico de operação.

4. Mudanças nas principais políticas contábeis
a) CPC 06 / IFRS 16 – Arrendamento – Impacto da adoção

O IFRS 16, efetivo a partir de 1º de janeiro de 2019, introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração significativa no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que haverá um efeito temporal no lucro líquido em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos. As contas patrimoniais deverão sofrer alterações significativas, se tomarmos como base o fluxo de pagamentos associado também a determinação de variáveis, tais como: (i) taxa de descontos; (ii) levantamento dos contratos que estarão cobertos pela isenção; e (iii) outros aspectos que necessitam de uma avaliação minuciosa para que possamos atribuir os valores exatos para fins de mensuração.

A Companhia concluiu a sua avaliação do modelo de transição e não vislumbrou qualquer impacto na adoção da referida norma, diferentemente da avaliação da controlada GasBrasiliiano. Está controlada, após análises específicas, identificou impacto, optando por uma abordagem de transição simplificada, a qual não requer a reapresentação de valores. Para isso, realizou um estudo para verificar o impacto da aplicação desta norma nas demonstrações financeiras no período de adoção inicial e passará a reconhecer as contraprestações de arrendamento, que atualmente são registradas como despesas de aluguel, como amortização do direito de uso e despesas financeiras.

Em Janeiro de 2019 a controlada reconheceu um ativo e passivo para seus arrendamentos operacionais de imóveis (sede da Companhia em Araraquara/SP e demais aluguéis de almoxarifados) e veículos locados. A natureza das despesas relacionadas a estes arrendamentos mudou porque a Companhia reconheceu um custo de depreciação do ativo de direito de uso e, ainda, despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. O Impacto na adoção inicial no ativo imobilizado e no endividamento foi de R\$ 4.581.

A movimentação dos contratos de arrendamento reconhecidos como passivos está demonstrada a seguir:

	Saldo final em 31.12.2018	Adoção do IFRS 16	Reava-liação de ativo	Pagamen-tos de Principal	Pagamen-tos de Juros	Encargos incorridos	Saldo final em 30.12.2019	Saldo em curto prazo	Saldo em longo prazo
País	-	4.581	87	(1.505)	(280)	280	3.163	1.889	1.274
Total	-	4.581	87	(1.505)	(280)	280	3.163	1.889	1.274

A tabela a seguir apresenta os vencimentos destes contratos:

Vencimento em	2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.889	1.097	177	-	-	3.163

As operações de arrendamento mercantil operacional têm como base normativa o CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. A taxa média de encargos implícita nestes arrendamentos é de 8,51% ao ano.

b) Estimativas e julgamentos relevantes

Considerando que a companhia adotou o método de abordagem de efeito cumulativo, os passivos de arrendamento foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, utilizando como taxas de desconto, taxas incrementais sobre empréstimos da controlada na data de adoção inicial.

5. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações contábeis apresentadas, bem como os principais julgamentos e incertezas nas estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis estão consistentes.

5.1. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem informações da Gaspetro e de sua controlada.

O controle é obtido quando a Gaspetro possui: i) poder sobre a investida; ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

As empresas controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela Companhia.

A nota explicativa 11.1 apresenta a Companhia consolidada, juntamente com os demais investimentos diretos.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua função, complementada com as eliminações das operações realizadas entre empresas consolidadas, bem como dos saldos e resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas.

5.1.1. Reconciliação do patrimônio líquido e lucro líquido do consolidado com o da controladora

	Patrimônio líquido		Lucro líquido	
	31.12.2019	31.12.2018	2019	2018
Consolidado - IFRS / CPC	2.155.092	2.012.138	333.820	271.492
Saldo (amortização no exercício) do ativo diferido	1.274	1.274	-	(781)
Controladora - CPC	2.156.366	2.013.412	333.820	270.711

5.2. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

5.2.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos.

b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e

- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

5.2.2. Passivos Financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensurado a valor justo. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor.

b) Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício.

5.3. Investimentos societários

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar na elaboração das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. A definição de controle é apresentada na Nota Explicativa 5.1.

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

Enquanto em uma operação em conjunto, as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio.

Nas demonstrações individuais, os investimentos em entidades Coligada, Controladas e empreendimentos controladas em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tomam sua Coligada, Empreendimento Controlado em Conjunto e Controlada.

Os dividendos recebidos provenientes desses investimentos societários são registrados como uma redução do valor dos respectivos investimentos.

5.4. Combinação de negócios e goodwill

O método de aquisição é aplicado para as transações onde ocorre a obtenção de controle. Transações envolvendo empresas sob controle comum não configuram uma combinação de negócios.

O referido método requer que os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos sejam mensurados pelo seu valor justo. O montante pago, acima desse valor deve ser reconhecido como ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*). Quando o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, um ganho proveniente de compra vantajosa é reconhecido no resultado.

5.5. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que compreende também os custos diretamente

atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

As peças de reposição e sobressalentes com vida útil superior a um ano e que só podem ser utilizados em conexão com itens do ativo imobilizado são reconhecidos e depreciados junto com o bem principal.

Os outros bens do imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas, que estão demonstradas por classe de ativo na Nota Explicativa 11.

5.6. Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). É composto por direitos e concessões que incluem, principalmente, concessões de serviços públicos, além de softwares e ágio (*mais valia*) decorrente de aquisição de participação com controle. Nas demonstrações contábeis individuais, este ágio é apresentado no investimento.

5.7. Ativo financeiro de concessão

No final do período de concessão da distribuição do gás, os bens e instalações vinculados ao serviço serão revertidos ao Poder Concedente, mediante indenização. A Companhia terá o direito de ressarcimento relativo aos investimentos realizados, observados os valores contábeis residuais e a data de sua incorporação ao patrimônio do Estado. Esses valores residuais são apresentados ao valor presente.

5.8. Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

A Companhia avalia anualmente os ativos imobilizado, intangível e investimento societários a fim de identificar indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), oriundos de uma combinação de negócios, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos, considerando as melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado pela Petrobras, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

A reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida, exceto com relação à redução no valor do ágio (*goodwill*).

Em 31 de dezembro de 2019, após os testes de impairment, não houve necessidade de constituição de provisão para perda com relação aos ativos da Companhia.

5.9. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos incluindo benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém passivos contingentes são objetos de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

5.10. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se as alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecimentos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, na data do período que está sendo reportado. Impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção em que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Quando da existência de ativo fiscal diferido líquido, situação esta que ocorre quando o valor do ativo fiscal diferido supera o valor reconhecido como passivo fiscal diferido, relacionados ao mesmo ente contribuinte, o reconhecimento baseia-se em estudo técnico de rentabilidade futura, aprovado pela Administração da Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados mediante aplicação das alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do período que está sendo reportado e são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributo sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

5.11. Capital social e remuneração aos acionistas

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais.

Quando proposta pela Companhia a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia, sendo o benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio reconhecido no resultado do exercício em que é deliberado.

A política de dividendos da Companhia está descrita na nota explicativa 18.5.

5.12. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e prestação de serviços, líquida dos descontos, impostos e encargos sobre vendas e serviços.

A receita pela venda de gás natural é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade do gás são transferidos para o consumidor. Portanto, a Companhia adota como política de reconhecimento de receita a data em que o produto é entregue ao consumidor. Assim sendo, a Companhia reconhece como receita, o volume de gás efetivamente fornecido no mês, cujo faturamento aos clientes ocorrerá, parte no próprio mês e parte no mês subsequente, respeitando-se a provisão dos valores no regime de competência.

Conforme o ICPC 01 (R1), os valores investidos na construção da infraestrutura necessária para a distribuição do gás canalizado, registrados no ativo intangível, devem ser considerados como serviço prestado ao Poder Concedente. No momento da entrada em operação da infraestrutura é realizada a contabilização da receita pelo mesmo valor do investimento como serviço prestado ao Poder Concedente, ou seja, não há nenhuma margem para construção da infraestrutura.

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e títulos públicos, despesas com juros sobre empréstimos concedidos e financiamentos, além das variações monetárias líquidas.

As receitas, custos e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

6. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

6.1. Definição das unidades geradoras de caixa para teste de recuperabilidade dos ativos (*impairment*)

Os investimentos em coligada e empreendimentos controladas em conjunto, incluindo o ágio (*goodwill*), são testados individualmente para fins de avaliação da sua recuperabilidade.

6.2. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Gaspetro com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração (nota explicativa 23).

6.3. Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia utiliza de julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações contábeis. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas contidas no Plano de Negócios e Gestão (PNG) para o Sistema Petrobras, que anualmente é aprovado pelo Conselho de Administração.

6.4. Perdas esperadas de crédito

São monitoradas regularmente pela Administração, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber. As evidências de perdas consideradas na avaliação incluem: casos de dificuldades financeiras significativas, cobrança judicial, pedido de falência ou recuperação judicial e outros.

7. Novas normas e interpretações
IASB - International Accounting Standards Board

As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e que não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2019, são as seguintes:

Norma	Descrição	Data de vigência
Definition of a Business – Amendments to IFRS 3	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio no âmbito da IFRS 3 - Business Combination ou como uma aquisição de ativos.	1º de janeiro de 2020 - Aplicação prospectiva
Interest Rate Benchmark Reform – Amendments to IFRS 9, IFRS 7 e IAS 39	Altera as IFRS 9-Financial Instruments, IFRS 7-Financial Instruments: Disclosures e IAS 39-Financial instruments: recognition and measurement, com o objetivo de incluir exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (LIBOR) recomendada pelo Financial Stability Board (FSB).	1º de janeiro de 2020, aplicação retrospectiva.
Definition of Material – Amendments to IAS 1 e IAS 8	Altera a definição de "material" de forma a estabelecer que uma informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários primários das demonstrações contábeis. Esta atualização promoveu alterações na IAS 1 - Presentation of Financial Statements e IAS 8 - Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors.	1º de janeiro de 2020, aplicação prospectiva.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos – N.º 14/2019	Definition of a Business – Amendments to IFRS 3 Definition of Material – Amendments to IAS 1 e IAS 8	1º de janeiro de 2020

Quanto às emendas listadas acima, a companhia não estima impactos relevantes na aplicação inicial de suas demonstrações contábeis consolidadas.

8. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e bancos	104	1.029	5	7
Aplicações financeiras de curto prazo - No País				
Fundos de investimentos DI (a)	56.738	27.510	56.738	27.510
Total de caixa e equivalentes de caixa	56.842	28.539	56.743	27.517

(a) Representam aplicações financeiras de renda fixa (98% do CDI), com liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor.

9. Contas a receber
9.1. Recebíveis de ativos financeiros (FIDC)

Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras. A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como "valor justo por meio do resultado", considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos.

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Recebíveis de ativos financeiros	173.140	107.599	58.212	29.746
Circulante	173.140	107.599	58.212	29.746

9.2. Contas a receber, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Terceiros	82.633	69.442	-	-
Partes relacionadas (Nota explicativa 16)	79.225	79.915	79.421	67.830
	161.858	149.357	79.421	67.830
Perdas de créditos esperadas	(8.680)	(9.183)	-	-
Total contas a receber, líquidas	153.178	140.174	79.421	67.830
Circulante	143.235	137.712	70.048	66.615
Não circulante	9.943	2.462	9.373	1.215

9.3. Movimentação das perdas de créditos esperadas

	Consolidado	
	2019	2018
Saldo inicial	(9.183)	(14.195)
Adições	(200)	(187)
Baixas	703	5.199
Saldo Final	(8.680)	(9.183)

10. Ativo financeiro de concessão

	Consolidado	
	2019	2018
Ativo não circulante		
Servidão de passagem	8.688	7.615
Terrenos	537	473
Redes	38.107	33.085
Edificações	1.498	1.322
Estações	2.089	1.637
Total ativo financeiro da concessão	50.919	44.132

Referem-se a ativos que serão revertidos para o poder concedente ao final do contrato de concessão, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante da indenização devida, observados os valores contábeis e as datas de sua incorporação ao patrimônio do Estado.

Estes ativos estão descontados a valor presente no reconhecimento inicial a uma taxa média de 10,05% ao ano. Esta taxa tem como base Nota Técnica do órgão regulador (ARSESP), que objetiva apresentar a taxa do custo médio ponderado de capital (WACC) a ser aplicado no cálculo das tarifas. Considerando que a expansão, operação e manutenção das redes se financiam com capitais próprios, a Administração entende como prudente a utilização da taxa WACC regulatória como fator de desconto dos bens a serem indenizáveis ao final do Contrato de Concessão.

11. Investimentos
11.1. Investimentos diretos (Controladora)

Empresa Consolidada	% de Participação	% no Capital votante	Patrimônio líquido	Lucro líquido
Empresas controladas em conjunto e coligadas(*)				
Gás de Alagoas S.A. - ALGÁS	41,50%	24,50%	87.120	18.922
Companhia de Gás da Bahia - BAHIAGÁS (2)	41,50%	24,50%	627.382	116.138

Naturgy S.A. (2)	37,41%	26,19%	381.713	90.218
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS	41,50%	24,50%	213.474	71.444
Companhia Paranaense de Gás - COMPAGÁS	24,50%	24,50%	478.941	174.419
Companhia Maranhense de Gás - GASMAR	23,50%	21,00%	20.129	9.660
Companhia Paraibana de Gás - PBGAS	41,50%	24,50%	67.392	6.519
Companhia Potiguar de Gás - POTIGÁS	83,00%	49,00%	79.144	20.276
Companhia de Gás Est. Mato Grosso do Sul - MSGÁS	49,00%	49,00%	45.484	27.528
Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS (2)	41,00%	23,00%	338.349	77.015
Sergipe Gás - SERGÁS	41,50%	24,50%	57.532	6.390
Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS (2)	41,50%	24,50%	414.904	219.465
Companhia de Gás do Rio Grande do Sul - SULGÁS (2)	49,00%	49,00%	210.630	86.559
Companhia de Gás do Amapá - GASAP	37,25%	24,50%	-	-
Companhia Rondoniense de Gás - RONGAS	41,50%	24,50%	-	-
Companhia de Gás do Piauí - GASPISA	37,25%	24,50%	-	-
Agência Goiana de Gás Canalizado - GOIASGAS	30,46%	19,50%	-	-
Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS	32,00%	21,00%	-	-

(*) Para a avaliação dos investimentos pelo método de equivalência, foram utilizadas demonstrações contábeis para o período de 12 meses (defasagem de 30 dias). O cálculo da equivalência patrimonial observa os procedimentos contábeis da Gaspetro (Holding).

(1) Auditadas na extensão julgada suficiente pelos mesmos auditores da controladora, conforme NBC-TA 600.

(2) Possuem auditoria independente contratada, mas não apresentam opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas para o período findo em 30 de novembro de 2019.

11.2. Mutações dos investimentos (Controladora)

Subsidiária e controlada	Saldo em 31.12.2018	Resultado de participação em investimentos(*)	Dividendo e JSCP	Aporte de capital	Resultado abrange	Amortização / Impairment	Adoção inicial CPCs	Saldo em 31.12.2019
Empreendimentos controladas em conjunto e coligadas								
Companhia de Gás da Bahia - BAHIAGÁS (a)	344.445	48.198	(32.188)	-	-	-	-	360.455
Companhia de Gás de Santa Catarina SCGÁS (a)	173.133	31.577	(8.290)	-	-	-	-	196.420
Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS (a)	170.920	91.077	(46.219)	-	-	-	-	215.778
Naturgy S.A. (a)	177.330	33.747	(37.631)	-	314	-	(314)	173.446
Comp. de Gás do Rio Grande do Sul - SULGÁS (a)	142.451	42.414	(33.510)	-	-	-	-	151.355
Companhia Potiguar de Gás - POTIGÁS (b)	32.271	(9.333)	(12.368)	-	-	-	-	10.570
Outras participações (a) (b)	355.342	101.350	(44.709)	1.030	46	-	-	412.669
	(1.030)	(164)	411.865					
Total dos investimentos	1.896.338	387.472	(256.891)	1.030	360	(2.676)	(478)	2.025.155

Subsidiária e controlada	Saldo em 31.12.2017	Resultado de participação em investimentos(*)	Resultado abrange	Dividendo e JSCP	Aporte de capital	Amortização / Impairment	Saldo em 31.12.2018
Empreendimentos controladas em conjunto e coligadas							
Companhia de Gás da Bahia - BAHIAGÁS (a)	332.934	63.770	-	(52.259)	-	-	344.445
Companhia de Gás de Santa Catarina SCGÁS (a)	180.141	(7.008)	-	-	-	-	173.133
Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS (a)	164.218	36.275	-	(29.573)	-	-	170.920
Naturgy S.A. (a)	177.206	33.124	(313)	(32.687)	-	-	177.330
Comp. de Gás do Rio Grande do Sul - SULGÁS (a)	138.706	38.949	-	(35.204)	-	-	142.451
Companhia Potiguar de Gás - POTIGÁS (b)	23.763	20.012	-	(11.504)	-	-	32.271
Outras participações (a) (b)	328.050	89.504	(62)	(62.150)	854	(854)	355.342
Total dos investimentos	1.843.268	318.875	(375)	(263.784)	854	(2.500)	1.896.338

(*) Esta coluna, com relação aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não leva em consideração o impacto do PIS e COFINS incidentes sobre os juros sobre capital próprio propostos pelas investidas (R\$6.939 e R\$6.454, respectivamente) e do registro da provisão para perda com investidas não operacionais (R\$1.029 e R\$854, respectivamente).

(a) O saldo inclui a reclassificação do ágio do ativo intangível para o investimento em função do parágrafo 28 correspondente ICPC 09, sendo registrado na GasBrasiliano o ágio (mais valia) no valor de R\$16.322 e R\$17.968 e nos empreendimentos em conjunto o ágio (goodwill) no valor de R\$213.019 e R\$213.019 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente;

(b) Face a eventual obrigação de reconhecimento de pretensão dívida relacionada a implementação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial pelo Incentivo de Gás Natural - PROGÁS e, em decorrência ação movida pela Petrobras em desfavor do Estado do Rio Grande do Norte, primeira Ré, e da POTIGÁS, a Gaspetro efetuou o reconhecimento prévio, no resultado do exercício social de 2015, de uma baixa em seu investimento de R\$53.590, e em 2019 efetuou a atualização dessa provisão em R\$26.161, perfazendo um montante total de R\$79.751 referente à glosas no subsídio do PROGÁS nas faturas da Petrobras. Essa provisão decorre da análise sobre os eventuais efeitos das questões discutidas em Processo Judicial. Este incentivo consistia na concessão de subsídio no preço de venda de gás a determinadas empresas enquadradas no referido Programa, de quantia equivalente à percentual representativo de redução do valor das licenças ambientais devidas pela Petrobras, que seriam financeiramente compensadas.

11.3. Informações sobre a controlada

GasBrasiliano Distribuidora S.A. - Constituída em 1999, tem por objeto social preponderante a exploração, mediante concessão, dos serviços de distribuição de gás canalizado na área noroeste do Estado de São Paulo, para atendimento dos setores industrial, residencial, comercial, gás natural veicular, termo geração e cogeração. O Contrato de Concessão foi assinado em 10 de dezembro de 1999 entre o Poder Concedente (representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP) e a GasBrasiliano, com prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado por uma única vez por 20 anos, mediante requerimento da GasBrasiliano, a critério do poder concedente.

11.4. Informações contábeis resumidas de controlada, controladas em conjunto e coligadas

A Companhia investe em controlada, controladas em conjunto e coligadas no país, cuja atividade, basicamente, está relacionada à distribuição de gás. As informações contábeis resumidas das companhias operacionais são as seguintes:

	Gas-Brasiliiano	Bahia-gás	Scqgás	Coper-gás (*)	Naturgy	Sulgás	Potigás	Outros	Total
Ativo circulante	193.430	541.098	185.155	428.482	519.355	197.720	48.717	843.132	2.957.089
Ativo realiz. L. prazo	121.104	46.205	229.973	30.580	35.067	83.350	3.488	603.531	1.153.298
Imobilizado	4.466	-	4.495	-	-	-	-	4.767	13.728
Intangível	276.060	377.126	193.085	167.407	646.695	169.207	50.816	598.040	2.478.436
	595.060	964.429	612.708	626.469	1.201.117	450.277	103.021	2.049.470	6.602.551
Passivo circulante	61.357	254.078	220.494	202.920	560.041	206.730	16.748	514.951	2.037.462
Passivo não circulante	17.759	82.969	53.865	8.645	259.363	32.917	7.129	564.447	1.027.094
Patrimônio líquido	515.944	627.382	338.349	414.904	381.713	210.630	79.144	970.072	3.538.138
	595.060	964.429	612.708	626.469	1.201.117	450.277	103.021	2.049.470	6.062.551
Receita operac. líquida	537.965	2.149.096	945.505	1.049.819	2.521.853	856.678	209.246	2.649.839	10.920.001
Lucro (prejuízo) exercício	48.442	116.138	77.015	219.465	90.218	86.559	20.276	314.881	972.994
Percentual de participação - %	100,0%	41,50%	41,00%	41,50%	37,41%	49,00%	83,00%	23,5% a	49,0%

(*) Em 2019, a Copergás conclui a negociação de processo arbitral relativo ao segmento térmico que acarretou o ingresso financeiro de R\$183.743 mil, impactando o resultado de equivalência proveniente da afiliada.

31.12.2018

	GasBrasiliiano	Bahia-gás	Scqgás	Coper-gás	Naturgy	Sulgás	Potigás	Outros	Total
Ativo circulante	182.618	506.951	126.334	198.530	360.871	197.062	55.061	673.726	2.301.153
Ativo realiz. L. prazo	113.137	38.530	202.244	139.413	30.218	55.027	2.655	512.174	1.093.398
Imobilizado	2.294	-	-	-	-	-	1.718	2.141	6.153
Intangível	278.334	335.026	182.095	168.707	661.186	154.346	42.973	579.154	2.401.821
Outros ativos não circ.	-	-	-	-	-	-	-	853	853
	576.383	880.507	510.673	506.650	1.052.275	406.435	102.407	1.768.048	5.803.378
Passivo circulante	57.866	229.633	227.020	150.884	466.007	174.275	20.478	381.846	1.708.009
Passivo não circulante	12.042	11.548	14.543	67.891	194.196	34.818	4.942	499.504	839.484
Patrimônio líquido	506.475	639.326	269.110	287.875	392.072	197.342	76.987	886.698	3.255.885
	576.383	880.507	510.673	506.650	1.052.275	406.435	102.407	1.768.048	5.803.378
Receita operac. líquida	417.680	1.808.103	627.038	1.094.222	2.955.649	725.019	190.839	1.961.652	9.780.202
Lucro (prejuízo) exercício	46.469	156.803	(17.094)	88.769	90.549	80.084	24.110	245.631	715.321
Percentual de participação - %	100,0%	41,50%	41,00%	41,50%	37,41%	49,00%	83,00%	23,5% a	49,0%

A consolidação das informações contábeis e o registro da equivalência patrimonial das afiliadas é realizado com a defasagem de 30 (trinta) dias, englobando o período de 12 (doze) meses entre dezembro do ano anterior até o mês de novembro do mesmo exercício social da Gaspetro.

12. Imobilizado
12.1. Por tipo de ativos

	Consolidado			Controladora			
	Movimentação	Edificações e benfeitorias	Arrendamentos	Equipamentos e outros bens	Total	Equipamentos e outros bens	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	-	2.088	-	1.124	3.212	166	166
Adição	-	-	-	40	40	2	2
Transferência	-	(414)	-	414	-	-	-
Baixa	-	-	-	(39)	(39)	-	-
Depreciação	-	-	-	(783)	(783)	(32)	(32)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	1.674	-	756	2.430	136	136
Adição	-	-	4.582	76	4.658	-	-
Transferência	-	-	87	-	87	-	-
Baixa	-	(16)	(264)	-	(280)	-	-
Depreciação	-	(366)	(1.565)	(395)	(2.326)	(33)	(33)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	1.292	2.840	437	4.569	103	103

16. Partes relacionadas
16.1. Transações comerciais e outras operações

A Companhia segue a política de transações com partes relacionadas do sistema Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

	Consolidado				Controladora			
	Petrobras		Outras (*)		Petrobras		Outras (*)	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Ativo								
Circulante								
Contas a receber	32	333	365	12.552	32	198	333	563
Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber	-	69.487	69.487	66.148	-	-	69.487	69.485
	32	69.820	69.852	78.700	32	198	69.820	70.048
Não circulante								
Contas a receber (inclui take or pay na GasBrasiliano)	-	1.499	1.499	1.215	-	-	1.499	1.499
Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber	-	7.874	7.874	-	-	-	7.874	7.874
	-	9.373	9.373	1.215	-	-	9.373	9.373
	32	79.193	79.225	79.915	32	198	79.193	79.421
Passivo								
Circulante								
Fornecedores vinculados a repasse de gastos (Nota 15)	1.886	550	2.436	1.332	1.886	-	550	2.436
Outras contas a pagar - pessoal cedido (Nota 15)	5.320	287	5.607	8.616	5.320	-	287	5.607
Fornecedores vinculados a fornecimento de gás natural (Nota 15)	32.639	-	32.639	32.318	-	-	-	-
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	42.572	40.893	83.465	25.500	42.572	-	40.893	83.465
	82.417	41.730	124.147	67.766	49.778	-	41.730	91.508
Não circulante								
Obrigações estatutárias	104.602	-	104.602	103.539	104.602	-	-	104.602
	187.019	41.730	228.749	171.305	154.380	-	41.730	196.110
Resultado								
Receita de vendas e serviços	-	1.307	1.307	2.213	-	-	-	-
Custo do gás revendido	438.292	-	438.292	350.517	-	-	-	-
Variações monetárias líquidas ativas (passivas)	(177)	(2.064)	(2.241)	(1.306)	(188)	-	(2.178)	(2.366)
	438.115	(757)	437.358	351.424	(188)	-	(2.178)	(2.366)

(*) Inclui empreendimentos controladas em conjunto e Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.

	Consolidado			Controladora		
	Edificações e benfeitorias	Arrendamentos	Equipamentos e outros bens	Total	Equipamentos e outros bens	Total
Composição						
Custo	3.862	-	1.652	5.514	173	173
Depreciação acumulada	(2.188)	-	(896)	(3.084)	(37)	(37)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.674	-	756	2.430	136	136
Custo	3.845	4.458	1.677	9.980	173	173
Depreciação acumulada	(2.553)	(1.618)	(1.240)	(5.411)	(70)	(70)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.292	2.840	437	4.569	103	103
Tempo de vida útil médio ponderado em anos	20	5	2 a 3		10	

13. Intangível
13.1. Por tipo de ativos

	Consolidado	
	Distribuição de gás (b)	
Movimentação		
Saldo em 1º de janeiro de 2018	294.946	
Adições	22.042	
Baixas	(4.206)	
Amortização	(16.480)	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	296.302	
Adições	13.377	
Baixas	(1.166)	
Amortização	(16.131)	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	292.382	
Composição		
Custo	453.079	
Amortização acumulada	(156.777)	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	296.302	
Custo	465.275	
Amortização acumulada	(172.893)	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	292.382	
Tempo de vida útil estimado - anos (a)	10 a 30	

(a) O percentual de amortização é limitado ao prazo de concessão ou vida útil da infraestrutura, o que for menor.

(b) Incluem as transferências de Ativo Financeiro de Concessão da GasBrasiliano, reembolsáveis pelo Poder Concedente no final da concessão (Nota Explicativa nº 13.2)

13.2. Concessão de serviços de distribuição de gás natural canalizado

A Companhia controla a GasBrasiliano e exerce o controle conjunto sobre 18 distribuidoras estaduais de gás, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial que possuem contratos de concessão públicos celebrados com os respectivos Governos Estaduais.

Essas companhias reconhecem como intangível o direito de cobrar dos usuários uma tarifa de distribuição em função da infraestrutura para fornecimento de gás vinculados à prestação do serviço especificado nos contratos de concessão.

Os contratos de concessão têm prazos que variam de 30 a 50 anos, cujas atividades iniciaram-se em diferentes períodos, fazendo uso de gasodutos construídos ou adquiridos de terceiros, para atender ao serviço de distribuição de gás natural.

A tarifa de serviços de distribuição consiste na combinação dos seguintes componentes: (i) custo do gás (pass through); (ii) custos e despesas operacionais; e (iii) remuneração do capital investido composto do custo da construção da infraestrutura, cujos reajustes são praticados de modo a refletir as mudanças na estrutura de custo da operação, do impacto dos investimentos em construção e/ou de indicadores de preços ao consumidor, respeitada a fórmula econômica paramétrica definida nos respectivos contratos de concessão.

O custo de construção adicionado ao intangível refere-se aos gastos para formação da infraestrutura de gasodutos vinculados à concessão da GasBrasiliano, que permite a prestação de serviço de distribuição de gás natural canalizado, conforme estabelecido no ICPC 01 (R1)

Conforme estabelecido no contrato de concessão, ao final do período de concessão, não havendo renovação, as infraestruturas de gasodutos serão revertidas ao Poder Concedente através levantamentos, avaliações e quantificação da indenização devida, observado o saldo registrado na rubrica de ativo financeiro da concessão, não havendo mais envolvimento das distribuidoras em exigências de operação ou manutenção.

Os contratos de concessão possuem cláusulas relativas à extinção, estabelecendo que o Poder Concedente poderá extinguí-lo em função da deficiência na execução dos serviços prestados pelas distribuidoras e de violação material nos termos do contrato. Os direitos das distribuidoras de rescindi-lo estão relacionados ao descumprimento das normas legais ou contratuais pelo Poder Concedente.

14. Títulos e valores mobiliários

Referem-se a títulos públicos recebidos pela Sociedade, por ocasião das alienações de participações societárias no âmbito do Programa Nacional de Desestatização (PND), que encontram-se bloqueados junto à Secretaria de Tesouro Nacional (STN) desde 1997, atendendo decisão judicial na ação Popular nº 93.00.08452-6 que tramita na 15ª Vara Federal de Brasília de 2006, requerimento junto ao STN visando o desbloqueio dos TDAs, de modo a possibilitar a permuta por NTN-P.

Em 2018, devido a diferença entre as taxas para atualização dos créditos utilizadas pela Gaspetro (NTN-P - Decreto nº 2.274/1997) e pela STN, foi reconhecido impairment parcial desses títulos, no valor de R\$ 3.443.

Após a referida baixa, a Gaspetro vem efetuando a atualização monetária com base na rentabilidade desses títulos junto à (STN). Em 31 de dezembro de 2019 o saldo registrado era de R\$ 996 (R\$ 996 em 2018).

15. Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Terceiros no país	5.369	8.473	94	99
Partes relacionadas (Nota explicativa 16)	40.682	42.266	8.043	10.088
Total	46.051	50.739	8.137	10.187

16.2. Remuneração da administração da Companhia

A remuneração do Presidente, dos Diretores e dos membros do Conselho de Administração da Gaspetro foi objeto de deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 26 de abril de 2019 e revalidada em 05/09/2019, quando foi deliberada a fixação do montante global de R\$ 8.512, válido para o período compreendido entre abril de 2019 e março de 2020:

	Conselho Adm.	Diretoria	Total
Nº de membros previstos	7	4	11
Salário ou pró-labore	598	3.702	4.300
Benefícios diretos e indiretos	66	1.184	1.250
Cessação do cargo	-	1.577	1.577
Outros (INSS, FGTS, etc.)	119	1.332	1.451
Total (conforme AGE de 26/04/2019)	783	7.795	8.578
Parcela não recomendada pela SEST	(66)	-	(66)
Remuneração global anual dos administradores (conforme AGE de 26/04/2019)	717	7.795	8.512

O total da remuneração e benefícios realizados em 2019, para os quatro membros da Diretoria Executiva e sete membros no Conselho de Administração da Gaspetro (Controladora), foi de R\$5.161 (R\$5.220 em 2018).

A remuneração atual dos administradores da Companhia não possui verba relativa a desempenho (remuneração variável) ou prêmio em ações.

17. Impostos e contribuições
17.1. Imposto de renda e contribuição social e outros impostos

Demais impostos e contribuições	Consolidado					
	Ativo Circulante		Ativo não circulante		Passivo Circulante	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Imposto de renda	-	-	4.299	-	1.298	-
Contribuição social	-	70	520	-	1.909	-
ICMS	984	2.020	1.429	1.105	8.402	6.191
PIS/COFINS	1.163	639	9.413	7.899	5.042	7.275
Imposto de renda retido na fonte	11.927	11.550	-	-	13	15
IRPJ saldo negativo	7.840	13.390	-	-	-	-
ISS	-	-	-	-	29	202
INSS	-	1	3	-	-	175
Outros	-	3.175	-	1	38	145
	21.914	30.845	15.664	9.005	16.731	14.003

	Controladora					
	Ativo Circulante		Ativo não circulante		Passivo Circulante	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Imposto de renda	-	-	4.299	-	-	-
Contribuição social	-	-	520	-	116	-
PIS/COFINS	-	1	1	-	5.042	6.128
Imposto de renda retido na fonte	11.927	11.550	-	-	-	1
IRPJ saldo negativo	7.840	13.390	-	-	-	-
INSS	-	1	3	-	-	-
Outros	-	367	-	-	4	-
	19.767	25.309	4.823	-	5.162	6.129

17.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos - não circulante

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

a) A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Consolidado					Controladora	
	Imobilizado e Intangível	Contas a receber/pagar e financiamentos	Provisão para processos judiciais	Prejuízos fiscais	Outros	Total	Total
Movimentação							
Em 1º de janeiro de 2018	44.282	(3)	6.301	678	8.617	59.875	(1.179)
Reconhecido no resultado do exercício	5.361	(1.881)	(2.343)	(678)	(3.206)	(2.747)	2.548
Em 31 de dezembro de 2018	49.643	(1.884)	3.958	-	5.411	57.128	1.369
Reconhecido no resultado do exercício	(2.617)	1.884	1.596	-	357	1.220	324
Em 31 de dezembro de 2019	47.026	-	5.554	-	5.768	58.348	1.693
Composição							
Impostos diferidos ativos					57.128	1.369	
Impostos diferidos passivos					-	-	
Em 31 de dezembro de 2018					57.128	1.369	
Impostos diferidos ativos					58.348	1.693	
Impostos diferidos passivos					-	-	
Em 31 de dezembro de 2019					58.348	1.693	

b) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

Em 31 de dezembro de 2019, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos líquidos é a seguinte:

	Imposto de renda e CSLL diferidos, líquidos			
	Consolidado		Controladora	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
2020	3.407	-	-	-
2021	3.407	-	-	-
2022	3.407	-	-	-
2023	3.407	-	-	-
2024 em diante	44.720	-	-	-
Parcela registrada contabilmente	58.348	-	-	-

17.3. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Lucro antes dos impostos	347.139	278.480	333.909	268.238
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(118.027)	(94.683)	(113.528)	(91.201)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Juros sobre capital próprio, líquidos	16.320	10.200	8.160	10.200
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	(919)	(626)	(3.350)	(626)
Prejuízo fiscal	552	(678)	552	-
Participação em controladas e coligadas	89.416	77.056	105.887	84.695
Outros	(661)	1.743	2.190	(595)
Imposto de renda e contribuição social	(13.319)	(6.988)	(89)	2.473
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.220	(2.747)	324	2.547
Imposto de renda e contribuição social correntes	(14.539)	(4.241)	(413)	(74)
	(13.319)	(6.988)	(89)	2.473
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	4,00%	3,00%	0,00%	-1,00%

18. Patrimônio líquido
18.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 655.522 estava representado 110.993 ações ordinárias, 1 ação preferencial classe "A" e 1 ação preferencial classe "B", todas nominativas e sem valor nominal.

Em 5 de setembro de 2019 houve o resgate e cancelamento da ação preferencial Classe "A" (R\$ 5.905,89 – cinco mil novecentos e cinco reais e oitenta e nove centavos). O capital social subscrito e integralizado passou a ser no valor de R\$ 655.516, representado 110.993 ações ordinárias e 1 ação preferencial classe "B", todas nominativas e sem valor nominal (Nota Explicativa 18.4).

As ações preferenciais não asseguram direito a voto, não são conversíveis em ações ordinárias e não participam dos aumentos de capital decorrentes de capitalização de reservas, exceto Reserva Estatutária REPETRO (nota explicativa 18.4) e Reserva Estatutária de Ativos Excluídos (nota explicativa 18.4) e não participam dos lucros remanescentes.

A ação preferencial "A" conferia ao seu titular o direito ao recebimento de dividendos fixos prioritários resultantes dos lucros da Companhia em valores calculados com base nas receitas advindas do contrato de prestação de fiança e será resgatada tão logo a Companhia seja liberada, no âmbito das garantias REPETRO, de todas e quaisquer obrigações perante as autoridades governamentais competentes, exclusivamente com os recursos alocados na reserva estatutária específica (Nota Explicativa 18.4).

A ação preferencial "B" confere ao seu titular o direito ao recebimento de dividendos fixos prioritários resultantes dos lucros da Companhia em valores calculados com base nos montantes apurados e pecuniariamente recebidos dos "ativos excluídos", descritos no acordo de acionistas como o somatório de Impostos em litígio (nota explicativa 23.4), depósitos judiciais (nota explicativa 23.2) e Notas do Tesouro Nacional-NTN-P (nota explicativa 14) e será resgatada tão logo a Companhia receba a integridade dos montantes de ativos excluídos, com a utilização de parte dos recursos alocados na reserva estatutária específica (Nota Explicativa 18.4).

18.2. Transações de capital

Refere-se à diferença entre o valor pago e o montante contábil decorrentes das variações de participações em controladas que não resultem em perda de controle, considerando que se trata de transações de capital, ou seja, transações com os acionistas, na qualidade de proprietários, e ao reconhecimento de ganho em operação não usual de venda entre empresas do mesmo grupo econômico.

18.3. Reserva de capital

Refere-se à incentivos fiscais de imposto de renda aplicados no FINAM nos exercícios de 1997 e de 1998. Conforme previsto no CPC 13 - Adoção Inicial da Lei 11.638/07 e da Lei 11.941/09 esse saldo deve ser mantido nessa conta até sua total utilização, na forma prevista na Lei 6.404/76.

18.4. Reservas de Lucros
a) Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, limitada a 20% do capital social. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a companhia não efetuou a destinação da Reserva Legal visto que a mesma atingiu o limite de 20% do capital social realizado.

b) Reserva estatutária

O acordo de acionista da Companhia prevê que, em uma periodicidade não superior a 6 (seis) meses, os acionistas devem destinar a esta reserva todos e quaisquer valores apurados pela Companhia em decorrência dos "ativos excluídos", inclusive valores relativos às atualizações monetárias dos "ativos excluídos", sempre líquidos de quaisquer tributos incidentes sobre estes ativos.

b.1) Reserva estatutária "Repetro" - o valor limitava-se a R\$ 5.905,89 (cinco mil novecentos e cinco reais e oitenta e nove centavos), para fazer frente ao resgate da ação preferencial classe "A", e foi pago ao acionista preferencialista em 11/12/2019, em conformidade com a deliberação contida na assembleia geral extraordinária realizada em 05/09/2019 (nota explicativa 18.1).

b.2) Reserva estatutária "Ativo Excluído" - valor limitado a R\$ 200.000, constituído com os montantes apurados pela Companhia de ativos excluídos (somatório dos impostos em litígio, depósitos judiciais e notas do tesouro nacional) e será resgatada pelo detentor da ação preferencial classe "B", na medida em que os respectivos ativos excluídos sejam efetivamente recebidos.

c) Reserva especial

Constituída com base nos parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, para registrar os lucros que deixarem de ser distribuídos e que, se não absorvidos por prejuízos de exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos, assim que permitir a situação financeira da Companhia.

18.5. Dividendos

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social. O Conselho de Administração, ainda, poderá aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório, bem como a antecipação de dividendos e a declaração de juros sobre o capital próprio.

A ação preferencial "A" receberia exclusivamente dividendos fixos prioritários resultantes dos lucros da Companhia em valores calculados com base nas receitas advindas da prestação de garantias "REPETRO" efetivamente recebidas, líquido de qualquer tributo incidente sobre esta receita. Esta ação foi resgatada em 05/09/2019 (nota explicativa 18.1).

A ação preferencial "B" receberá exclusivamente dividendos fixos prioritários resultantes dos lucros da Companhia em valores calculados com base nos montantes apurados e efetivamente recebidos pela monetização dos "ativos excluídos", líquido de qualquer tributo incidente sobre estes ativos.

A proposta do dividendo relativo ao exercício de 2019, que está sendo encaminhado pela Administração da Gaspetro à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2020, no montante de R\$ R\$173.966, atendendo aos direitos garantidos aos acionistas.

A Companhia aprovou em dezembro de 2019 a destinação de R\$ 50.000 como antecipação de dividendos e R\$ 24.000 (valor bruto) na forma juros sobre o capital próprio. O desembolso dos valores devidos foi efetuado em 16 de janeiro de 2020.

Demonstração do lucro básico para cálculo de dividendos:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício (Controladora)	333.820	270.711
Apropriação:		
Reserva legal	-	(12.268)
Lucro básico para determinação do dividendo	333.820	258.443
Juros sobre o capital próprio imputado ao dividendo mínimo	(24.000)	(30.000)
Dividendos pagos antecipadamente	(50.000)	(59.000)
Dividendos adicionais propostos	(86.911)	(102.600)
Dividendos complementares ao mínimos obrigatórios	(13.055)	-
Realização de reserva especial	-	(21.000)
Total de dividendos propostos	(173.966)	(212.600)
Destinação Reserva estatutária - ação preferencial "Classe B"	(1.087)	(1.078)
Reversão de destinações anteriormente declarados para a ação preferencial "Classe B" - Res. Estatutária	-	3.995
Ajuste na equivalência patrimonial pela adoção inicial de CPC 48 (Instrumentos Financeiros)	(478)	-
Antecipação de dividendos	(50.000)	(59.000)
Juros sobre capital próprio	(24.000)	(30.000)
Dividendos complementares ao mínimos obrigatórios	(13.055)	-
Dividendos adicionais	(86.911)	(102.600)
Reserva legal	-	(12.268)
Reserva especial	(158.289)	(69.760)
Total da destinação do resultado	(333.820)	(270.711)

Os juros sobre o capital próprio, no valor bruto de R\$24.000 (valor líquido de IRRF no montante de R\$ 20.400) estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, conforme estabelecido na Lei 9.249/95. Esses juros serão imputados aos dividendos do exercício, líquido de IRRF.

Os dividendos propostos em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$173.966, já incluem a antecipação de R\$50.000, bem como os juros sobre o capital próprio de R\$24.000, que foram pagos em 16 de janeiro de 2020, conforme aprovado pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 18/12/2019.

O saldo de dividendos complementares ao mínimo obrigatório e adicionais propostos serão pagos na data a que vier a ser fixada em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas e terão seus valores atualizados monetariamente a partir de 31 de dezembro de 2019 até a data de pagamento, de acordo com a variação da taxa SELIC.

18.6. Resultado por ação

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Gaspetro	333.820	271.492	333.820	270.711
Quantidade de ações ordinárias e preferenciais	110.994	110.995	110.994	110.995
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária e preferencial (R\$ por ação)(*)	3,01	2,45	3,01	2,44

(*) A Companhia possui 1 (uma) ação preferencial Classe "B", vinculada exclusivamente à atualização monetária dos ativos excluídos, deduzidos de todos os tributos eventualmente incidentes sobre a receita financeira (Nota Explicativa 18.4) e de eventuais baixas atribuídas. O valor da proposta de destinação para esta ação, portanto, não tem vinculação com o lucro líquido atribuído aos acionistas, mas, apenas, ao reflexo da variação destes ativos. A destinação do valor para esta ação está evidenciada na Nota Explicativa 18.5.

19. Receita de vendas e serviços

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Receita bruta de vendas		711.820		550.987
Encargos de vendas		(173.533)		(133.307)
Receita de vendas e serviços		538.287		417.680

20. Outras receitas (despesas) líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
(Perdas)/Ganhos com processos judiciais	(7.808)	(1.823)	-	(1.823)
Perdas por Desvalorização de Ativos (Impairment) / desativação de bens	(7)	(2.858)	-	(2.858)
Baixa de títulos relacionados ao processo de cisão	(1.576)	-	(1.576)	-
Penalidade contrato take or pay	572	1.123	-	-
Outros	(1.564)	(403)	(1)	1
Total outras receitas (despesas), líquidas	(10.383)	(3.961)	(1.577)	(4.680)

21. Custos e Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Matéria-prima e produtos para revenda	(405.403)	(325.010)	-	-
Gastos com pessoal (GOG)	(59.413)	(50.026)	(32.930)	(30.656)
Materiais, fretes, aluguéis e outros (GOG)	(10.014)	(18.221)	(3.313)	(2.967)
Serviços de terceiros (GOG)	(22.269)	(21.279)	(6.905)	(8.459)
Depreciação e amortização	(27.216)	(17.262)	(1.679)	(1.678)
Tributárias	(1.247)	(4.312)	(379)	(457)
(Perdas)/Ganhos com processos judiciais	-	(1.823)	-	(1.823)
Perdas em crédito de liquidação duvidosa	437	5.012	-	-
Penalidade contrato take or pay	572	1.123	-	-
Impairment	(7)	(2.858)	-	(2.858)
Baixa de títulos relacionados ao processo de cisão	(1.576)	-	(1.577)	-
Outros (despesas) receitas, líquidas	(9.357)	436	-	1
Total custos e despesas por natureza	(535.493)	(434.220)	(46.783)	(48.897)
Na Demonstração de Resultado:				
Custo dos produtos e serviços prestados	(445.193)	(350.517)	-	-
Despesas com vendas	(11.570)	(10.711)	-	-
Despesas gerais e administrativas	(67.099)	(64.719)	(44.827)	(43.760)
Tributárias	(1.247)	(4.312)	(379)	(457)
Perda no valor de recuperação de ativos - Impairment	(7)	(2.858)	-	(2.858)
Outras (despesas) receitas, líquidas	(10.377)	(1.103)	(1.577)	(1.822)
Total custos e despesas por natureza	(535.493)	(434.220)	(46.783)	(48.897)
GOG: Gastos operacionais gerenciáveis				

22. Resultado financeiro líquido

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Receita com aplicações financeiras	2.448	4.263	2.448	2.584
Receita com recebíveis de ativos financeiros	13.566	7.002	1.969	2.141
Outras despesas e receitas financeiras líquidas	787	4.638	(7)	(1)
Outras variações monetárias líquidas	(3.517)	11.018	(3.221)	844
Total resultado financeiro líquido	13.284	26.921	1.189	5.568
Na Demonstração do Resultado:				
Receitas	17.444	16.269	4.420	4.726
Despesas	(641)	(366)	(10)	(2)
Variações monetárias, líquidas	(3.519)	11.018	(3.221)	844
Total resultado financeiro líquido	13.284	26.921	1.189	5.568

23. Processos judiciais e contingências
23.1. Processos judiciais provisionados

A Companhia constituiu provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e confiavelmente estimáveis.

Os valores provisionados são os seguintes:

	Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Passivo não circulante		
Trabalhistas	-	-
Fiscais	-	2.131
Cíveis	14.408	6.600
	14.408	8.731
Saldo inicial	8.731	10.143
Adições (Baixas), líquidas	5.677	(1.412)
Saldo final	14.408	8.731

23.2. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Ativo não circulante				
Trabalhistas	252	97	68	97
Fiscais	671	1.707	671	1.707
Cíveis	1.062	1.002	1.040	1.002
	1.985	2.806	1.779	2.806

23.3. Passivos contingentes

Os processos judiciais que poderiam constituir uma obrigação presente, cuja saída de recursos não é provável ou que não possa ser feita uma estimativa de valor suficientemente confiável, e que são reconhecidos como perda possível, são divulgados pela Companhia, exceto quando a possibilidade de saída de recursos é remota.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$ 30.505 (R\$ 71.516 em 2018), para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, estão apresentados na tabela a seguir:

Natureza	Consolidado	
	2019	
Tributária	30.420	
Cíveis	85	
	30.505	

O quadro a seguir detalha a principal causa cuja expectativa de perda está classificada como possível

Descrição do processo de natureza tributária	Estimativa
Autor: Receita Federal do Brasil	30.420
Ação de cobrança que alega a ausência de comprovação da dedutibilidade de parte dos custos/despesas. Ademais, foi lavrado auto de infração para a cobrança de IRRF, à alíquota de 35%, nos termos do art. 61 da Lei nº 8.981/95, pois o Fiscal Autuante entendeu que as referidas despesas configuraram "pagamentos sem causa".	
Total dos processos de natureza tributária	30.420

23.4. Contingências Ativas
23.4.1. Recuperação de PIS e COFINS

A Companhia ajuizou ação ordinária contra a União referentes à recuperação, por meio de compensação/restituição, dos valores recolhidos a título de PIS sobre receitas financeiras e variações cambiais ativas, no período compreendido entre fevereiro de 1999 e dezembro de 2002, e COFINS compreendido entre fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, considerando a inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei 9.718/98.

Em 9 de novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional o mencionado § 1º do art. 3º da Lei 9.718/98.

Em 9 de janeiro de 2006, devido à decisão definitiva do STF, a Gaspetro ajuizou nova ação visando recuperar os valores de COFINS referentes ao período de janeiro de 2003 a janeiro de 2004.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor de R\$109.180 (R\$106.820 em 2018), relativo à citada ação, está refletido como impostos em litígio nestas demonstrações contábeis em razão da decisão transitada em julgado em 2014.

24. Gerenciamento de riscos

A gestão da Gaspetro é realizada por seus diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da Companhia e suas investidas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

24.1. Risco cambial

O risco cambial decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela sua controlada e suas investidas para a aquisição gás natural. A Companhia e suas investidas avaliam permanentemente essas oscilações, procurando renegociar suas dívidas na medida em que essas impactam significativamente seus fluxos financeiros.

24.2. Risco de taxa de juros

No que se refere ao gerenciamento dos riscos cambiais, é feito de forma corporativa pela controladora Petrobras, que busca identificá-los e tratá-los de forma integrada, visando garantir alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial.

O risco cambial decorre de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A companhia e sua controlada avalia permanentemente essas oscilações, na medida em que essas impactam significativamente seus fluxos financeiros.

24.3. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa e equivalentes de caixa e investimentos em recebíveis de ativos financeiros, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados e da possibilidade do não recebimento dos investimentos em recebíveis de ativos financeiros. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e investimentos em recebíveis de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2019. O FIDC também é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por possuir como único cliente a sua controladora Petrobras.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e investimentos em recebíveis de ativos financeiros são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

As Companhias distribuidoras de gás natural ("Distribuidoras") estão expostas a possibilidade das perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes. Para mitigar esses riscos, as Distribuidoras adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

24.4. Risco de Liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital, pagamentos de dividendos e refinanciamento da dívida. O risco de liquidez da Companhia é administrado de forma corporativa pela controladora Petrobras.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha caixa suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Usualmente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais, incluindo o cumprimento de suas obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data do vencimento. Estes instrumentos financeiros que estão a custo amortizado possuem seus saldos similares aos seus valores justos.

	2019	Valor contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	3 - 5 anos
Fornecedores		46.051	46.051	-	-
Outras contas a pagar		49.214	47.940	1.274	-
	2018	Valor contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	3 - 5 anos
Fornecedores		50.739	50.739	-	-
Outras contas a pagar		9.418	9.017	401	-
		60.157	59.756	401	-

25. Seguros

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava a seguinte apólice de seguro:

Modalidade	Risco coberto	Importância segurada
Empresarial	Seguro de natureza administrativa para a sede da Companhia	6.540
Operacional	Seguro de natureza operacional relativo às atividades da GasBrasiliano	5.000

26. Efeito do coronavírus (COVID-19) nas demonstrações financeiras

Em consonância com o disposto no Ofício-Circular CVM/SCN/SEP/nº 02/2020, a Administração da Companhia está avaliando de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

Com relação às afiliadas, face ao seu contexto operacional e a necessidade de avaliação sobre o comportamento do mercado, não foi possível, ainda, precisar os eventuais impactos deste evento no resultado e fluxo de caixa futuros.

Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, nenhuma ação relevante sob o aspecto financeiro e/ou contratual foi adotada face a inexistência da percepção de impactos significativos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

VIKTOR NIGRI MOSZKOWICZ Presidente do Conselho	TOSHIBA ASAHII Conselheiro
ROGÉRIO SOARES LEITE Conselheiro	JOELMA MEDEIROS HENRIQUES Conselheira
JOÃO DE SAINT BRISSON PAES DE CARVALHO Conselheiro	

DIRETORIA EXECUTIVA

RICARDO JOSÉ LOURENÇO DE MELLO Diretor Presidente	HIROSHI FUJIKAWA Diretor Financeiro
PEDRO AURELIO CARDOSO SAMPAIO Diretor Operacional	VITOR CALAZANS BARONI Diretor Corporativo
MARCUS VINICIUS TORRES PEÇANHA Contador CRC-RJ-068103/O-8	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

**Aos Administradores e Acionistas da
Petrobrás Gás S.A. – GASPETRO**
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Petrobrás Gás S.A. – GASPETRO (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobrás Gás S.A. – GASPETRO em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada, da Petrobrás Gás S.A. – GASPETRO em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que as operações da Companhia são realizadas exclusivamente com a Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras, conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 16 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Portanto, as demonstrações contábeis acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas às demais demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2020
KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ
Thiago Ferreira Nunes
Contador CRC RJ-112066/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Petrobras Gás S.A. – Gaspetro, no exercício de suas funções legais e estatutárias, tomou conhecimento do Relatório Anual de Atividades da Administração e procedeu ao exame das Demonstrações Contábeis da Petrobras Gás S.A. – Gaspetro (“Individuais e Consolidadas”), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, demonstração de resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, assim como as notas explicativas. As Demonstrações Contábeis consolidadas foram elaboradas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board – IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As Demonstrações Contábeis individuais foram elaboradas com base nas práticas contábeis previstas na Legislação Societária Brasileira, complementadas com pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC. As Demonstrações Contábeis estão acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e foram aprovadas na 777ª Reunião do Conselho de Administração, ambos datados de 27 de março de 2020. A Administração propôs a seguinte destinação a ser deliberada pela Assembleia Geral de Acionistas:

Para o lucro líquido da Controladora, no montante de R\$ 333.819.545,19 (trezentos e trinta e três milhões, oitocentos e dezenove mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e dezenove centavos), que considera o seguinte:

- No que concerne à Reserva Legal já foi atingido o limite previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, não havendo destinação de valores à Reserva Legal;
- (1) Distribuição de Dividendos no (montante de R\$ 175.052.871,49 (cento e setenta e cinco milhões, cinquenta e dois mil, oitocentos e setenta e um reais e quarenta e nove centavos), sendo:
- (I.1) R\$ 87.054.886,29 (oitenta e sete milhões, cinquenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e seis reais e vinte e nove centavos) como dividendo mínimo obrigatório composto por:

- (I.1.i) R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais) a título de Juros sobre Capital Próprio – imputados aos dividendos obrigatórios pelo valor líquido de R\$ 20.400.000,00 (vinte milhões e quatrocentos mil reais) – líquido de IRRF – já quitados em janeiro de 2020;
- (I.1.ii) R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) como dividendos antecipados já quitados em janeiro de 2020;
- (I.1.iii) R\$ 13.054.886,29 (treze milhões, cinquenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e seis reais e vinte e nove centavos) como dividendos mínimos complementares;

- (I.2) R\$ 86.911.102,76 (oitenta e seis milhões, novecentos e onze mil, cento e dois reais e setenta e seis centavos) como dividendos adicionais a serem pagos aos acionistas ordinários; e

- (I.3) R\$ 1.086.882,44 (um milhão, oitenta e seis mil, oitocentos e oitenta e dois reais e quarenta e quatro centavos) para a ação preferencialista Classe "B" relativo a complemento da reserva estatutária "Ativos Excluídos" decorrente dos valores apurados nos dois semestres de 2019;

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - EXERCÍCIO SOCIAL 2019

Aos Conselheiros de Administração da Petrobrás Gás S.A. – Gaspetro.

1.ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

O Comitê reuniu-se vinte e cinco vezes no ano de 2019. Essas reuniões envolveram o Presidente, Diretores, Gerentes e Coordenadores da Gaspetro. As atas da reunião do Comitê foram encaminhadas ao Conselho de Administração. As principais atividades do Comitê da Gaspetro realizadas em 2019 foram:

- Exame dos Relatórios Trimestrais de Atividades de Governança e Compliance;
- Participação do “Gaspetro - 2º Ciclo de Avaliação das Empresas Estatais Federais – Resultados”;
- Aprovação do Plano de Trabalho do CAE – 2019;
- Aprovação do calendário das reuniões do CAE – 2019;
- Apreciação do Mapa de Riscos da Companhia;
- Exame do Plano Anual de Negócios - PAN e do Orçamento da Gaspetro para o ano de 2019;
- Acompanhamento mensal dos Indicadores da Gaspetro;
- Acompanhamento do Plano de Ação da Gestão de Riscos da companhia;
- Análise do Plano de Trabalho e do Relatório Trimestral de Atividades da Auditoria Interna;
- Exame do Resultado e da Baixa Parcial Relativos à Reserva Estatutária de Ativos Excluídos - Exercício de 2018;
- Análise das Demonstrações Financeiras - Exercício 2018;
- Análise do desenvolvimento dos trabalhos da KPMG Auditores Independentes – Auditoria Externa;
- Conhecimento do Relatório da Administração da Gaspetro do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018;
- Conhecimento da Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa da GASPETRO – 2018;
- Conhecimento da Remuneração Anual Global dos Administradores da Gaspetro para o Período de Abril de 2019 a março de 2020;
- Avaliação das Demonstrações Contábeis da Gaspetro (Controladora e Consolidado), acompanhadas das notas explicativas e do parecer da Auditoria Independente, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e Proposta de Destinação do Resultado;
- Conhecimento da Política de Transações com Partes Relacionadas - 1ª Revisão;
- Conhecimento da Política de Compliance - 1ª Revisão;
- Avaliação do monitoramento dos apontamentos realizados nos relatórios de auditoria da Gaspetro e das suas investidas;
- Conhecimento das Contingências Passivas da Gaspetro – 1º, 2º e 3º TRI/2019;
- Acompanhamento do Orçamento - orçado versus realizado 2019 da Gaspetro;
- Autoavaliação do Comitê de Auditoria Estatutário referente ao exercício de 2018;
- Acompanhamento do processo de distribuição de dividendos fixos prioritários decorrentes dos Ativos Excluídos: Ação Preferencial classe B;
- Conhecimento das Atividades da Auditoria Interna – PAINT 2019;
- Conhecimento da Diretriz Corporativa para Transações com Partes Relacionadas da Gaspetro, Código de Ética, Guia de Conduta e Política de Controles Internos;
- Acompanhamento da implantação da Auditoria Interna e do Comitê de Auditoria Estatutário nas Companhias Distribuidoras de Gás Natural;
- Revisão do Plano de Trabalho e do Orçamento do CAE;
- Participação do 1º Encontro dos Auditores Internos da Gaspetro e das Companhias Distribuidoras de Gás Natural;

- Análise das demonstrações contábeis – 1º, 2º e 3º Trimestres de 2019 e dos Indicadores de desempenho (real x orçado) da Gaspetro;
- Conhecimento da 2ª Revisão da Diretriz de Interações com Agentes Políticos;
- Conhecimento do Planejamento de Auditoria das Demonstrações Financeiras para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019 – KPMG;
- Conhecimento do Mapa de Controles Internos;
- Avaliação do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – Exercício 2020;
- Conhecimento da Régua de Avaliação de Probabilidade e Impacto ao Risco;
- Conhecimento da Diretriz de Gerenciamento de Riscos;
- Revisão da Matriz de Riscos da Gaspetro
- Acompanhamento do processo de levantamento do mapeamento de riscos nas Companhias Distribuidoras de Gás Natural;
- Avaliação do PE 2040, do PNG 2020-2024 e do PAN 2020.

2.CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do CAE, considerando as suas atribuições e limitações inerentes ao seu escopo de atuação observam que:

- os processos de controles internos para a produção dos relatórios financeiros são efetivos e as ações de prevenção e combate à fraude e corrupção são adequadas;
- a Auditoria Interna tem desempenho satisfatório de suas funções, com atuação independente;
- a Auditoria Independente é efetiva e não foi reportada nenhuma ocorrência que pudesse comprometer sua independência;
- a gestão e o monitoramento dos principais fatores de riscos vêm sendo gerenciados pela Administração;
- as transações com partes relacionadas avaliadas e monitoradas no período atenderam à Política de Transações com Partes Relacionadas e foram gerando evidências quanto à existência de condições estritamente comutativas, transparência, equidade, interesse da Companhia e divulgação adequada e tempestiva. Destaca-se, nesse ponto, que há transações relevantes da Controlada e das Coligadas da Companhia com empresas do Sistema Petrobras, principalmente no que se refere à aquisição de gás natural (partes relacionadas)
- Em conclusão, relativamente à empresa Gaspetro, os processos de controle interno; os trabalhos de auditoria interna; o processo de auditoria independente e a gestão dos principais fatores de risco ocorreram sem nenhum fator de destaque.

Nesse contexto, após proceder ao exame e análise das Demonstrações Contábeis acompanhadas do Relatório da Administração da Gaspetro, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e do Relatório da KPMG Auditores Independentes, emitido com opinião sem ressalvas, os membros do CAE recomendam a sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2020.
Reinaldo Guerreiro
Presidente
Luiz Henrique Barros
Membro